

Relatório e Contas 2010

Volume 1

Millenniumbcp Ageas
GRUPO SEGUADOR

Relatório e Contas 2010

Volume 1

Millenniumbcp Ageas
GRUPO SEGUADOR

Mensagem do Presidente	4	Conteúdo
Principais Indicadores	5	
Estrutura Accionista	6	
Os Nossos Accionistas		
Ageas	7	
Millennium bcp	11	
Relatório do Conselho de Administração		
Enquadramento Macro-económico	18	
Enquadramento do Sector Segurador	20	
Millenniumbcp Ageas – Principais Acontecimentos de 2010	24	
Missão, Valores e Estratégia	26	
Estrutura Organizacional	28	
<i>Marketing & Comercial</i>	28	
Análise Financeira	32	
<i>Embedded Value</i>	41	
Revisão Actuarial de Não Vida	43	
Solvência II	44	
Gestão de Risco	46	
Gestão de Investimentos	48	
Os Colaboradores	51	
<i>Corporate Governance</i>	52	
Órgãos Sociais	52	
Perspectivas para 2011	63	
Proposta de Aplicação de Resultados	64	
Publicações Obrigatórias	65	
Posição Accionista e Obrigacionista dos Membros dos Órgãos Sociais.	66	
Glossário	67	

*Ano após ano,
a Millenniumbcp
Ageas tem recebido
prémios prestígio-
sos, apesar do contexto
económico difícil
e exigente*

Mensagem do Presidente

2010 assistiu ao lançamento de um novo nome no mercado segurador e ao nascimento da marca Ageas, transformando a Millenniumbcp Fortis em Millenniumbcp Ageas. Foi também o ano que assinalou um novo capítulo na história da Ageas, construído com base numa nova estratégia e numa nova organização focada em fornecer soluções de seguros a Clientes em mercados seleccionados na Europa e na Ásia.

Apesar das circunstâncias extremamente exigentes, devido a uma envolvente económica turbulenta nos mercados do sul da Europa e ao impacto das condições meteorológicas adversas na nossa performance, a Millenniumbcp Ageas teve um ano extremamente positivo em que os objectivos definidos foram alcançados.

A gestão da carteira de obrigações dos países do sul da Europa, mantém-se como uma das principais prioridades da Ageas e continua a ser monitorizada de perto pela Equipa de Gestão e pela Administração da Ageas, procurando dar um apoio sólido à Millenniumbcp Ageas.

Infelizmente, os eventos ambientais são impossíveis de prever com qualquer certeza quanto ao futuro e é impossível ignorar a sua crescente frequência, o que obriga a uma revisão constante das políticas de aceitação, das apólices e dos preços.


Ano após ano, a Millenniumbcp Ageas tem recebido prémios prestígio-
sos, apesar do contexto económico difícil e exigente, e as diferentes marcas da Millenniumbcp Ageas, especialmente a Médis e Ocidental Vida, foram reconhecidas como Marca de Confiança e *Superbrand* e como a “Melhor Grande Seguradora de Seguros de Vida”, respectivamente. Este último prémio é baseado no excepcional desempenho da empresa, assente em indicadores financeiros e económicos, como a solvabilidade, solidez, eficiência e rentabilidade, suportados por um forte crescimento nos volumes de prémios. Gostaria de dar os parabéns à Equipa de gestão da Millenniumbcp Ageas por estes prémios, que são testemunho do seu trabalho árduo e do seu empenho.

O sucesso da empresa no *cross selling* com os Clientes do Millennium bcp, juntamente com uma estratégia de produtos inovadora, o enfoque na excelência de serviço, a eficiente gestão de activos, a rigorosa gestão de riscos e de capital e a eficiência global, são os principais factores chave para o sucesso da empresa.

Em suma, a Millenniumbcp Ageas pode sentir-se satisfeita com o seu desempenho e estar confiante no seu futuro. Contudo, o ambiente económico e o impacto das alterações climáticas irão continuar a merecer toda a nossa atenção, devido ao potencial impacto que têm nos planos de crescimento futuro e nos resultados.

Gostaria de agradecer a todos a vossa confiança, o esforço continuado e a dedicação à nossa parceria, que tornou possíveis estes resultados. Espero que a nossa colaboração continue a funcionar cada ano mais e melhor de modo a cumprirmos as nossas promessas.

Com os meus sinceros cumprimentos



Bart De Smet

Presidente do Conselho de Administração

Principais Indicadores

INDICADORES DE ACTIVIDADE (MILHÕES DE EUROS)	2010	2009	VAR. 2010/2009
Demonstração de Resultados			
Prémios de Seguro Directo ¹	1.946	2.371	-17,9%
· Vida	1.724	2.163	-20,3%
· Não Vida	222	208	6,8%
Margem técnica ²	257	232	11,1%
Margem técnica líquida de custos administrativos	135	104	29,0%
Resultado líquido	114,1	97	17,9%
Resultados líquidos antes de "VOBA (value of business acquired)"	141,9	127,4	11,4%
Balanço			
Capitais próprios	1.145	1.289	-11,2%
Activo total	13.223	13.315	-0,7%
Investimentos	12.460	12.623	-1,3%
Rácios			
Eficiência			
1. Rácio de sinistralidade Não Vida	65,5%	60,9%	4,7 pp
2. Rácio de despesas Não Vida	25,9%	23,2%	2,7 pp
3. Rácio combinado Não Vida	91,4%	84,1%	7,3 pp
4. Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,83%	0,80%	0,03 pp
Rentabilidade			
1. Margem técnica ² / Prémios de seguro directo	13,2%	9,8%	3,5 pp
2. Rentabilidade média dos invest. financeiros (book value)	3,7%	3,4%	0,3 pp
3. Rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) ³	13,7%	12,8%	0,9 pp
Solvabilidade			
1. Rácio de solvência	183%	241%	-58 pp
2. Capitais próprios / Activo total	8,7%	9,7%	-1,0 pp
3. Cobertura das responsabilidades decorrentes de contrato de seguro e de investimentos ⁴	106,6%	112,7%	-6,1 pp
Outros Indicadores			
Quotas de Mercado	11,9%	16,3%	-4,4 pp
· Vida	14,2%	20,8%	-6,7 pp
· Não Vida	5,3%	5,0%	0,3 pp
Número de colaboradores	462	458	0,9%

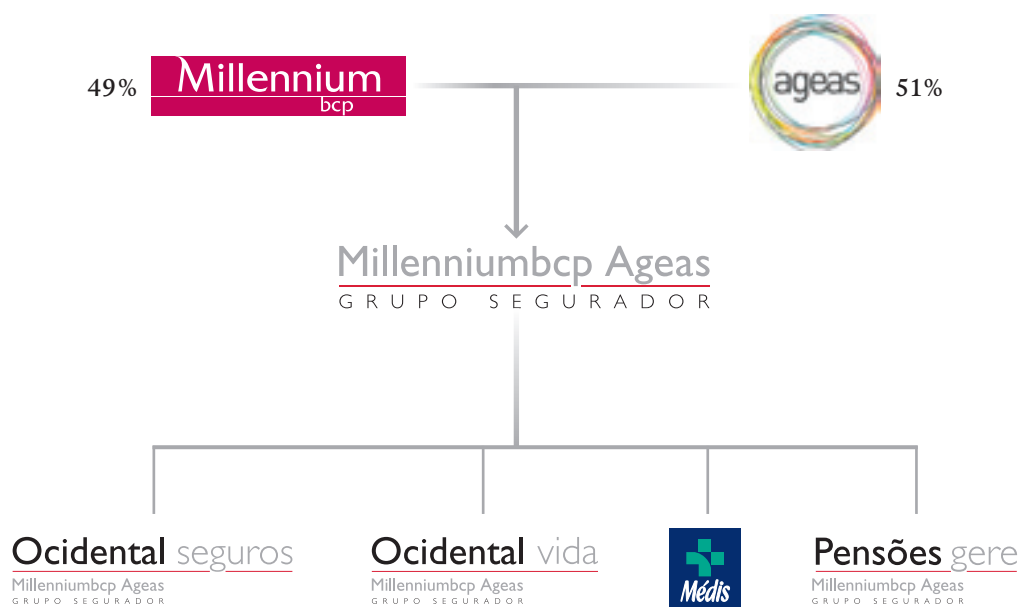
¹ Inclui contratos de investimento que, de acordo com as normas IFRS, não são contabilizados como prémios de seguro

² Antes da imputação de custos administrativos e de VOBA (value of business acquired)

³ Calculado antes da amortização do VOBA (value of business acquired)

⁴ Considerando Investimentos, Liquidez e Juros a receber

Estrutura Accionista



Os nossos Accionistas

AGEAS



Perfil da Ageas

A Ageas é uma seguradora internacional com mais de 180 anos de história. Sendo uma das 20 maiores seguradoras da Europa, a Ageas decidiu concentrar as suas actividades na Europa e Ásia, as quais em conjunto apresentam a maior quota do mercado global de seguros, estando agrupadas em quatro segmentos: Bélgica, Reino Unido, Europa Continental e Ásia. Detém a liderança incontestada no mercado belga no segmento de Vida individual e *employee benefits*, bem como uma posição de liderança em Não Vida, através da AG Insurance. A nível internacional, a Ageas tem uma forte presença no Reino Unido, onde é a segunda maior seguradora no ramo Automóvel. A empresa também tem subsidiárias em França, Alemanha e Hong Kong. A Ageas desenvolveu também parcerias com instituições financeiras que têm uma forte presença e são distribuidores-chave em diferentes mercados em todo o mundo e detém parcerias de sucesso no Luxemburgo, Itália, Portugal, China, Malásia, Índia e Tailândia. A Ageas emprega mais de 13.000 pessoas e apresenta prémios anuais de quase 18 mil milhões de euros.

Ageas em 2010

2010 foi o ano em que a antiga Fortis se transformou em Ageas. Embora a Ageas seja um nome novo no mercado, rapidamente conseguiu reconhecimento da marca como uma companhia de seguros internacional nos mercados em que opera.

Contudo, numa perspectiva mais ampla, 2010 também foi um ano em que os mercados financeiros continuaram a sentir os efeitos da crise financeira. O foco da atenção mudou para a Europa, onde as preocupações com a sustentabilidade de certas economias europeias foram exacerbadas por ataques oportunistas ao Euro. A crise económica que se estendeu a toda a Europa, alimentada pelo receio do aumento dos *deficits* governamentais e dos níveis de dívida, resultaram numa grande falta de confiança na Europa. E o contágio espalhou-se rapidamente da Grécia para outros países na zona Euro, em particular a outras economias do Sul da Europa.

Os resultados da Ageas em 2010 foram marcados pelo sólido crescimento dos prémios, impulsionados por um excelente primeiro semestre, e por resultados líquidos encorajadores, apesar do ambiente económico turbulento e das condições climatéricas adversas que se verificaram ao longo do ano. O resultado líquido alcançado em 2010 não é comparável com o de 2009, devido à alteração do perímetro de consolidação e ao impacto fiscal positivo não recorrente contabilizado em 2009. Os resultados líquidos do Grupo foram de 223 milhões de euros, que se decompõem num resultado líquido dos Seguros de 391 milhões de euros e um resultado líquido negativo da *General Account* de 168 milhões de euros.

Valor de prémios razoavelmente estável no montante de 6,7 mil milhões de euros (vs. 6,9 mil milhões de euros em 2009)

- › 5,1 mil milhões de euros de prémios de Vida, menos 4% que no ano anterior, devido a menor contribuição do canal bancário;
- › Prémios Não Vida ascenderam a 1,6 mil milhões de euros, um crescimento de 5% face a 2009;
- › Prémios de 3,2 mil milhões de euros no 2º semestre vs. 3,5 mil milhões de euros no 1º semestre de 2010.

Resultados líquidos, após interesses de não controlo, de 264 milhões de euros (vs. 366 milhões de euros em 2009)

- › Interesses de não controlo de 91 milhões de euros em comparação com 69 milhões de euros em 2009 e um benefício fiscal não recorrente positivo de 94 milhões de euros em 2009;
- › Mais-valias líquidas de 29 milhões de euros relacionadas com a reestruturação da carteira de investimentos;
- › Impacto negativo líquido de 25 milhões de euros de sinistros relacionados com condições climatéricas excepcionais.

Fundos sob gestão do Ramo Vida de 48,2 mil milhões de euros (45,4 mil milhões de euros no final de 2009), o que representa um crescimento de +6%.

- › Aumento impulsionado por novas entradas e taxas de anulação mais baixas.

Rácio combinado global de 107,4%

- › Rácio combinado excluindo Acidentes de Trabalho de 104,3% (102,5% em 2009);
- › Rácio combinado no 2.º semestre de 107,6%, praticamente estável no primeiro semestre.

Perdas líquidas de 168 milhões de euros (705 milhões de euros de lucro líquido em 2009)

- › O resultado foi penalizado por uma perda de 203 milhões de euros relacionada com a conversão de MCS e disputas jurídicas com o Estado Holandês, uma avaliação mais baixa da opção de compra face ao justo valor de RPN(I);
- › Os custos com pessoal e outros custos de exploração e administrativos foram reduzidos para metade, cerca de 58 milhões de euros;
- › 405 milhões de euros de impacto positivo não recorrente decorrente do reconhecimento de activos de impostos diferidos.

Avaliação da opção de compra de acções do BNP Paribas em 609 milhões de euros, menos 271 milhões de euros que no final de 2009.

Avaliação do justo valor das responsabilidades com RPN(I) em 465 milhões de euros, mais 149 milhões de euros que no final de 2009.

Impacto positivo no resultado líquido relacionado com o Royal Park Investments de 131 milhões de euros.

- › Valor dos activos financeiros aumentou para 933 milhões de euros.

Ageas irá propor um dividendo bruto para 2010 de 8 cêntimos de euro por acção, o que corresponde a um rácio de reembolso de 50% do resultado líquido da área seguradora. Esta decisão está em linha com a política de dividendos da Ageas de pagar entre 40% e 50% do resultado líquido anual da área seguradora.

Detalhes por segmento de negócio

Desde 2010, os relatórios da Ageas são efectuados de acordo com os quatro segmentos de negócio de seguros: Bélgica, Reino Unido, Europa Continental e Ásia. Apresenta-se seguidamente uma breve descrição dos novos segmentos:

PRÉMIOS PROCESSADOS [MILHÕES DE EUROS]	FY 10	FY 09	%
Bélgica	6.709	6.867	-2%
· Vida	5.119	5.362	-4%
· Não Vida	1.591	1.515	5%
Reino Unido¹	1.207	913	32%
· Vida	27	10	178%
· Não Vida	1.179	903	31%
Europa Continental	3.933	3.941	0%
· Vida	3.490	3.706	-6%
· Não Vida	444	235	88%
Ásia²	6.093	4.070	50%
· Vida	5.578	3.689	51%
· Não Vida	515	381	35%
Total	17.943	15.791	14%
· Vida	14.214	12.757	11%
· Não Vida	3.729	3.034	23%

¹ Distribuição de retalho não reportada a nível de prémios.

² Considerando todas as entidades a 100%.

Bélgica

As operações de seguros na Bélgica, que funcionam desde Junho de 2009 com o nome AG Insurance, têm uma longa história. O total de prémios brutos em 2010 ascendeu a 6,7 mil milhões de euros e a empresa serve mais de 2,5 milhões de Clientes. Entre 75% e 80% dos prémios respeita a seguros de Vida e entre 20% e 25% a seguros Não Vida. A AG Insurance tem uma oferta abrangente de produtos de Vida e Não Vida vendidos a particulares e a PME's. Opera através de uma estratégia multicanal com distribuição através de mais de 3.000 corretores independentes e através dos canais bancários do BNP Paribas Fortis Bank e das suas subsidiárias. A AG Employee Benefits é a unidade de negócio dedicada a vender produtos de Vida e Saúde, principalmente a grandes empresas. O BNP Paribas Fortis é dono de 25% da AG Insurance.

Reino Unido

A Ageas no Reino Unido é líder no fornecimento de soluções de seguros Não Vida e da respectiva protecção de Vida. O negócio no Reino Unido tem uma forte presença no segmento de particulares e continua a expandir a sua proposta ao segmento comercial. O negócio de particulares representa cerca de 82% do total da carteira, o segmento comercial 16% e a Protecção de Vida cerca de 2%. A Ageas no Reino Unido tem parcerias de *affinity* com marcas muito fortes, incluindo Tesco Bank, John Lewis Partnership, Age UK e Toyota (GB) Limited. A estratégia de distribuição adoptada é multicanal com os corretores, parceiros de *affinity* e canais próprios. As subsidiárias detidas a 100% incluem a RIAS, que tem mais de um milhão de Clientes no segmento de mercado de +50 anos de idade, que está em crescimento, a Ageas Insurance Solutions, que fornece soluções de marca branca a parcerias de *affinity*, *outsourcing* de serviços, bem como a promoção directa na Internet das suas próprias marcas e de Kwik Fit Insurance Services. O arranque bem sucedido da Tesco Underwriting, a parceira com Tesco Bank e a integração do negócio adquirido de Kwik Fit Insurance Services irá reforçar ainda mais as respectivas posições de mercado da Ageas no Reino Unido.

Europa Continental

A Europa Continental é composta pelas actividades de seguros europeias, excluindo a Bélgica e o Reino Unido. Inclui cinco países e é uma mistura de posições de liderança em mercados maduros, como Portugal e Luxemburgo, e participações mais pequenas na França e Alemanha e ainda a nova parceria Não Vida em Itália. Em 2010, cerca de 89% do total do volume de prémios foram do Ramo Vida, complementados com a actividade de Não Vida em Portugal e Itália. Em resultado da revisão estratégica realizada em 2009, o segmento da Europa Continental implementou diversas iniciativas para alinhar a sua carteira, o que conduziu à decisão de alienar as actividades de Não Vida no Luxemburgo, as operações de Vida na Turquia e Ucrânia e colocar as operações na Rússia em *run-off*.

Ásia

A Ageas está activa em cinco países da Ásia, com a sua sede regional em Hong Kong, sendo a subsidiária de Hong Kong detida a 100%. As outras actividades são organizadas na forma de parcerias com os principais parceiros locais e instituições financeiras na China, Malásia, Tailândia e Índia. Em termos de reporte, a Ageas reporta numa base consolidada em Hong Kong, ao passo que as outras participações são contabilizadas como associadas.

Colaboradores no activo

A Ageas empregava 11.707 colaboradores em 31 de Dezembro de 2010, o que compara com 10.613 colaboradores em igual período de 2009. O aumento verificado deveu-se fundamentalmente à recente aquisição e à nova parceria no Reino Unido. A divisão por segmentos é a seguinte: 5.705 da AG Insurance na Bélgica, 4.327 no Reino Unido, 1.270 na Europa Continental e 320 na Ásia. Os Colaboradores dos dois últimos segmentos também incluem os Colaboradores regionais colocados em

Bruxelas e Hong Kong, respectivamente. O segmento do *General Account*, no caso, o Centro Corporativo, empregava 85 Colaboradores no final de 2010.

Posição de capital

O capital disponível total da Ageas ascendia a 8,6 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 e excedia os requisitos mínimos totais consolidados legalmente exigidos para as operações de seguros em 5,6 mil milhões de euros, incluindo a *General Account*. O rácio de solvabilidade total era de 227%, comparado com um rácio de 234% no final de 2009. O aumento do capital mínimo legalmente exigido para as operações de seguros está relacionado com a evolução do negócio e com o negócio recentemente adquirido.

O rácio de solvência das operações belgas desceu para 198% como resultado de activos intangíveis mais elevados no seguimento de investimentos na carteira de imobiliário. O rácio de solvência no Reino Unido aumentou para 389%. O elevado rácio deve-se ao arranque de Tesco Underwriting, totalmente capitalizada, mas que só começará a operar em meados de Outubro. Na Europa Continental, o rácio de solvência global desceu para 211%, devido principalmente à redução das margens de solvência em Portugal.

O capital disponível total da *General Account* é de 1,8 mil milhões de euros, comparado com 2,3 mil milhões de euros no final de 2009. O decréscimo pode ser explicado por transferências de capital para as empresas operativas com o objectivo financiar a aquisição da Kwik Fit Insurance Services e o arranque da Tesco Underwriting.

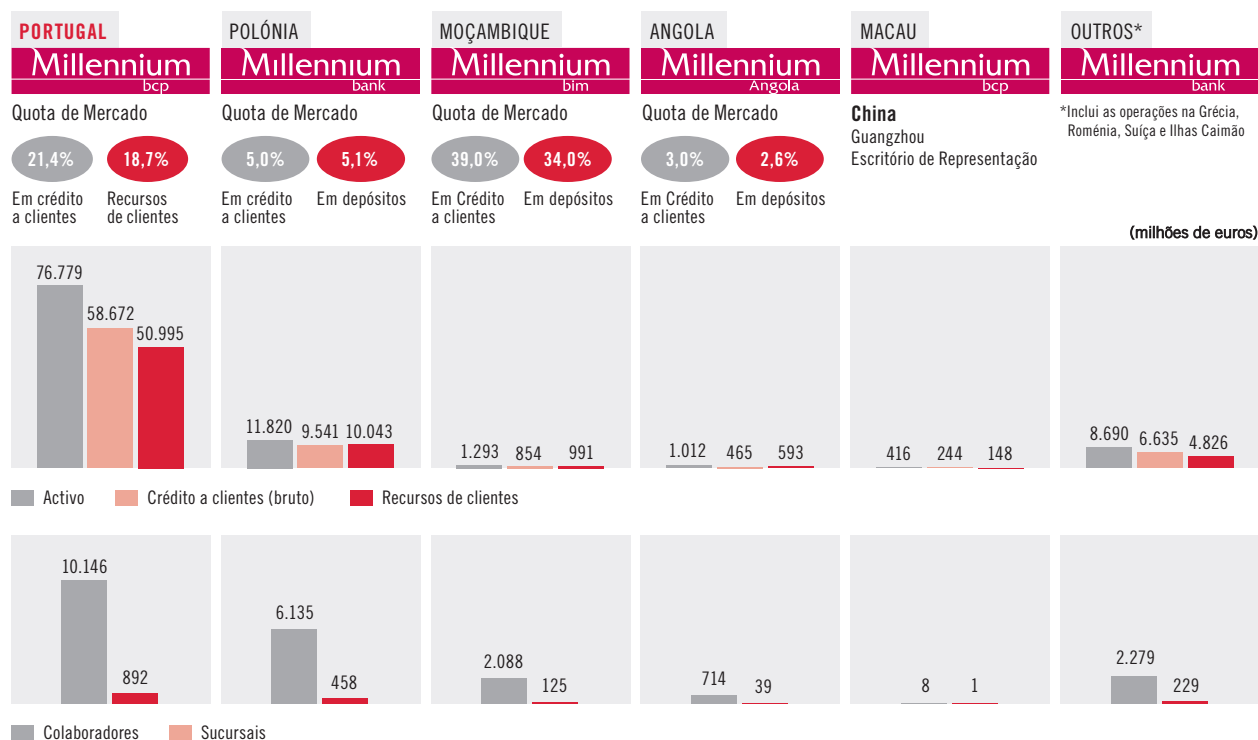
MILLENNIUM BCP



O Millennium bcp celebrou, em 2010, o 25.º aniversário desde a sua fundação. A vida do BCP até ao presente representa uma história de sucesso ao longo deste quarto de século, na qual se tornou no maior banco privado em Portugal e numa instituição de referência em diversas áreas nos diferentes mercados onde actua, entre os quais se destacam: Portugal, Polónia, Grécia, Roménia, Suíça, Moçambique, Angola e Macau. Todas as operações operam sob a marca Millennium.

O Millennium bcp, com o centro de decisão em Portugal e com uma posição de destaque no mercado financeiro nacional, é o segundo banco em termos de quota de mercado quer em crédito a clientes (cerca de 22%), quer em recursos totais de clientes (cerca de 19%), possuindo a maior rede de distribuição bancária do país, com 892 sucursais, servindo mais de 2,5 milhões de clientes em Portugal. O Banco mantém o enfoque da distribuição de Retalho em Portugal e nos mercados internacionais que assegurem uma presença competitiva e posição significativa no médio e longo prazo, com particular destaque para a Polónia, Moçambique, Angola e Macau (China), região onde o Banco passou a operar, em 2010, através de uma sucursal com licença *on-shore*.

Um Grupo líder enfocado no negócio de Retalho em Portugal, Polónia, Moçambique e Angola



Fonte: As quotas de mercado em Portugal são baseadas na informação divulgada publicamente pelo Banco de Portugal e pelos Bancos. As quotas de mercado na Polónia são divulgadas pela Associação de Bancos Polacos e pela Associação Polaca de Gestoras de Activos. As quotas de mercado são baseadas na informação divulgada pelo Banco de Moçambique.

A actividade em Portugal representa 77% dos activos totais, 77% do crédito a clientes (líquido) e 76% dos recursos totais de clientes, sendo responsável por 83% dos resultados líquidos de 2010. Espera-se um reforço da contribuição das operações internacionais para o resultado líquido do Grupo nos próximos anos. Estas operações representam já 48,9% do total de 1.744 sucursais e 52,5% dos 21.370 mil colaboradores do Grupo BCP.

O Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros relacionados aos seus Clientes, que vão desde as contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, passando pelo crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, *leasing*, *factoring* e seguros até *private banking* e gestão de activos, banca de investimento, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada. Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma rede crescente nos países onde opera, o Banco oferece ainda canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela Internet), que funcionam também como pontos de distribuição dos produtos e serviços do Millennium bcp.

Modelo de Organização

O modelo de organização, em 31 de Dezembro de 2010, baseia-se em seis áreas de negócio – “Banca de Retalho”, “Banca de Empresas e Crédito Especializado”, “Corporate e Banca de Investimento”, “Private Banking e Asset Management”, “Negócios na Europa”, “Outros Negócios Internacionais”, e em duas unidades de suporte – “Serviços Bancários” e “Áreas Corporativas”.

Cinco das oito áreas de negócio e unidades de suporte integram os Comitês de Coordenação, que têm por objectivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.

Prioridades estratégicas para 2010: Principais iniciativas concretizadas

O agravamento da crise financeira internacional, particularmente acentuado na Europa em 2010, conjugado no caso português com a necessidade de ajustamento dos desequilíbrios estruturais, nomeadamente o agravamento da situação orçamental e a deterioração continuada e significativa da posição externa da economia, num quadro de elevados níveis de endividamento público e privado e de baixo crescimento do PIB na última década, a par da deterioração das perspectivas dos participantes nos mercados financeiros internacionais sobre a sustentabilidade da situação das finanças públicas em Portugal, tem-se reflectido num forte aumento do prémio de risco da dívida soberana, para níveis historicamente elevados, que tem comprometido a capacidade de *funding* dos bancos portugueses no mercado de financiamento *wholesale*, colocando na ordem do dia a necessidade de desalavancagem dos seus balanços.

O Millennium bcp respondeu à crise dos mercados de dívida soberana essencialmente através i) de um posicionamento defensivo na gestão do *funding*; ii) do aumento dos activos descontáveis junto do Banco Central Europeu; iii) da desaceleração do crescimento da carteira de crédito a par de um esforço de captação de recursos, procurando controlar o *gap* comercial; iv) de um esforço no sentido de *repricing* (ajustamento do preço ao risco do cliente) e de aumento do comissionamento, procurando melhorar os proveitos de base, o que conjugado com as iniciativas de contenção dos custos, se traduziu na melhoria dos resultados; e v) de optimização dos activos ponderados pelo risco, procurando obter um rácio de Tier I próximo de 10%. O Millennium bcp procedeu assim ao ajustamento da sua Agenda Estratégica para 2010, tendo as iniciativas implementadas assentado nos seguintes três vectores:

Aumentar a confiança	Preparar a saída da crise económica e financeira	Enfoque e sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do relacionamento com os clientes • Melhoria dos rácios de capital via redução dos activos ponderados pelo risco (RWA) • Manutenção do controlo do <i>gap</i> comercial • Melhoria dos resultados 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Repricing</i> do crédito • Crescimento em recursos • Melhoria dos colaterais em operações de crédito • Aumento expressivo dos activos elegíveis junto do BCE • Lançamento de um Banco inovador na plataforma do ActivoBank 	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação organizativa • Contenção de custos • Cobrança efectiva de comissões pelos serviços prestados • Enfoque no <i>Portfolio</i> internacional • Alteração da operações na Turquia e nos EUA • Obtenção de licença <i>on-shore</i> em Macau

Visão Estratégica 2011-2013: Rendibilidade e Enfoque

O Banco procedeu a uma adaptação da sua visão para o período de 2011-2013, que passou a designar-se de “Rendibilidade e Enfoque”. O Millennium bcp elegeu como principal objectivo a “Rendibilidade” da operação em Portugal, nos vários segmentos de negócio, apoiada por um esforço sustentado de contenção de custos. Em paralelo, o Banco está também enfocado no controlo do risco, na eficiência, na inovação e no serviço ao cliente.

A estratégia de “Enfoque” e afinidade nas operações internacionais reflecte-se no enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo e na aposta em mercados com afinidade (Angola e Moçambique).

A visão do Banco para 2011-2013 apoia-se ainda num terceiro pilar: a “Sustentabilidade”, que se consubstancia na optimização da gestão de capital e da liquidez e no fortalecimento do controlo de risco, procurando reforçar a prevenção, rever a concessão de crédito e reforçar a recuperação.

Visão estratégica 2011-2013: Rendibilidade e Enfoque



Orientações estratégicas para 2011-2013

No período de 2011-13, as principais orientações estratégicas a implementar enquadram-se em três vectores orientadores:

- › **Financeiro:** por forma a manter a tendência de crescimento dos resultados consolidados do Banco iniciada em 2008;
- › **Organizacional:** por forma a manter o envolvimento dos Colaboradores, o enfoque na inovação e no rigor como uma vantagem competitiva no mercado;
- › **Negócio:** por forma a simplificar e a alinhar o modelo de negócio, enfocando nas áreas de negócio e nos mercados estratégicos do Banco.

Visão estratégica a médio prazo**Orientações estratégicas 2011-13: Rendibilidade e Enfoque**

FINANCEIRO	Recuperação sustentada da Margem Financeira e das Comissões
	Manter o esforço de contenção de Custos
	Reforço do Capital e da Liquidez
ORGANIZACIONAL	Fortalecer a Cultura e a Imagem de Rigor
	Motivar e envolver os Colaboradores
	Promover a Inovação como vantagem competitiva
NEGÓCIO	Manter o <i>disclosure</i> e a transparência da Informação
	Simplificação Organizativa
	Reorganização do Retalho
	Alinhamento do Modelo de Negócio
	Enfoque nos Mercados Internacionais <i>core</i>

Resultados Financeiros

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp cresceu 34% para 301,6 milhões de euros em 2010, face aos 225,2 milhões de euros apurados em 2009, suportado pelo aumento do contributo da actividade internacional (+353%). A evolução do resultado líquido foi favoravelmente influenciada pelos desempenhos da margem financeira (+14%), das comissões (+11%) e dos resultados em operações financeiras (+90%), parcialmente contrariada pelo reforço das dotações por imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e para outras imparidades e provisões.

O resultado líquido da actividade em Portugal cifrou-se em 249,8 milhões de euros em 2010, comparando com 213,8 milhões de euros em 2009, traduzindo o crescimento do produto bancário, suportado em particular pela margem financeira, pelas comissões líquidas, pelos resultados em operações financeiras e pelos maiores níveis de dividendos recebidos, repercutindo ainda o efeito da alteração do enquadramento fiscal na actividade em Portugal. O resultado líquido foi também influenciado pelo controlo dos custos operacionais, pelo reforço do nível de dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) e pelo registo de dotações por imparidade do *goodwill*, associado à subsidiária na Grécia.

Realce para o aumento do contributo da actividade internacional, o qual cresceu de 5%, em 2009, para 17% em 2010. O contributo das actividades internacional ascendeu a 51,8 milhões de euros em 2010, comparando com 11,4 milhões de euros em 2009, favoravelmente influenciado pelo desempenho do produto bancário, impulsionado pelo aumento da margem financeira e das comissões líquidas, apesar de condicionado pelo maior nível de custos operacionais, nomeadamente pelas subsidiárias em Angola e em Moçambique, no âmbito da estratégia de crescimento orgânico implementada nestes dois mercados, pelo Bank Millennium na Polónia, ampliado pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro, e pelo impacto da amortização de activos não alienados pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América.

Em 31 de Dezembro de 2010, o BCP detinha, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), um activo total de 100.010 milhões de euros, que compara com os 95.550 milhões de euros apurados em 2009. Os recursos totais de clientes, em base comparável, atingiram 67.596 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando uma subida de 1,6%, face aos 66.516 milhões de euros na mesma data de 2009, beneficiando dos aumentos dos recursos de balanço de clientes, influenciados pelo crescimento dos débitos para com clientes titulados e dos produtos de capitalização. Por seu lado, o crédito a clientes (bruto) atingiu 76.411 milhões de euros no final de 2010, denotando uma ligeira contracção, em base comparável, de -0,7% face a 2009. No final de 2010, o rácio *Core Tier I* consolidado, calculado de acordo com o método IRB e segundo as normas do Banco de Portugal, ascendeu a 6,7%, comparando favoravelmente com o reportado no final do ano anterior, em conformidade com o método Padrão (6,4%), tendo os rácios *Tier I* e Total fixando-se em 9,2% e em 10,3% (9,3% e 11,5%, respectivamente, no final do ano de 2009). As acções do BCP estão admitidas à cotação da Euronext Lisboa, sendo a capitalização bolsista em 31 de Dezembro de 2010 de 2,7 mil milhões de euros.

Millennium bcp – Síntese de indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES [MILHÕES DE EUROS]	2010	2009	VARIAÇÃO
Resultado líquido	301,6	225,2	33,9%
Activo total	100.010	95.550	4,7%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾⁽²⁾	67.596	66.516	1,6%
Créditos sobre clientes (líquidos) ⁽¹⁾	73.905	74.789	1,2%
Capitalização bolsista	2.732	3.967	-31,1%
N.º de clientes (milhares)	5.197	5.086	2,2%
N.º de colaboradores	21.370	21.493	-0,6%
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)	6,1%	4,6%	
Resultado líquido por acção (euros)	0,04	0,03	
Custos operacionais/Produto bancário ⁽³⁾⁽⁴⁾	56,3%	63,6%	
Custos operacionais/Produto bancário (actividade em Portugal) ⁽³⁾⁽⁴⁾	51,3%	60,2%	
Rácio de solvabilidade <i>Tier I</i> ⁽³⁾	9,2%		
Rácio de solvabilidade total ⁽³⁾	10,3%		

¹ Não inclui subsidiárias Millennium Bank Turquia e Millennium bcpbank USA.

² Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e seguros de capitalização.

³ Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

⁴ Exclui impacto de itens específicos.

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Relatório do Conselho de Administração

Concluído o exercício de 2010, vem o Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. apresentar aos Senhores Accionistas o Relatório e as Contas consolidadas, reflectindo a actividade conjunta de todas as subsidiárias para o ano findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais foram auditadas pela KPMG.

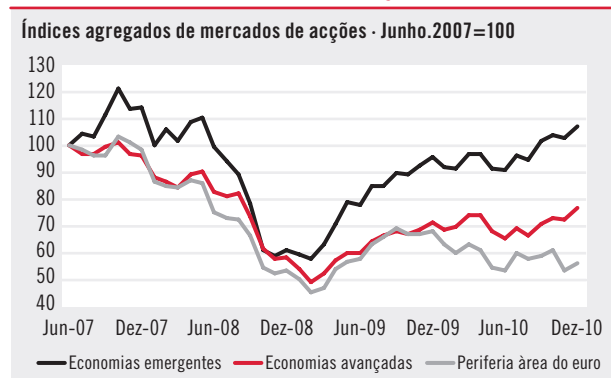
Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macro-Económico

APRECIAÇÃO GLOBAL

A economia mundial registou um desempenho mais favorável em 2010 e perspectiva-se que o processo de recuperação económica possa prosseguir, mesmo que de forma mais moderada, ao longo de 2011. O preço das matérias-primas aumentou de forma significativa, com impacto na evolução das taxas de inflação. Os mercados financeiros apresentaram comportamentos menos voláteis, mas acentuou-se a diferenciação por emitente em função do respectivo risco de crédito, designadamente no plano do risco soberano.

Recuperação da economia mundial proporciona melhoria parcial no clima de confiança



Fonte: Datastream

Nota: Índices área do euro ponderados pelo peso do país

A intensidade da crise que continua a afectar vários estados soberanos da periferia europeia, incluindo Portugal, exigiu acções de assistência externa para estabilização das economias e de suporte aos sistemas financeiros, primeiro na Grécia e mais recentemente na Irlanda. Não obstante a disponibilização de financiamento excepcional a estes países, subsiste um clima de incerteza e de tensão recorrente.

A alteração significativa das condições e fluxos de financiamento da economia portuguesa, decorrente dos receios relativos à sustentabilidade da dívida a prazo, das dificuldades do processo de consolidação orçamental e

do cepticismo dos investidores quanto ao potencial de crescimento, tornou inadiável a redução dos níveis de endividamento do sector público e dos agentes privados. Projecta-se o retorno a uma conjuntura recessiva em 2011, não obstante o contributo positivo que se antevê para o crescimento por parte da procura externa líquida. Nos anos seguintes, o retorno a um contexto mais normalizado dependerá em boa medida do alcance e do sucesso das medidas de correcção agora implementadas.

Este enquadramento é muito adverso para os volumes de negócio, para a qualidade do crédito e para o custo dos recursos do sector bancário português, e ganha uma dimensão acrescida tendo em conta a necessidade de inverter o clima de desconfiança sobre a capacidade financeira do Estado português e do sector privado. Dados os constrangimentos externos e as dificuldades internas, no plano da gestão corrente é imperativo persistir o rigor no controlo dos custos e a selectividade nas despesas de investimento, traduzindo o compromisso de uma correcta afectação dos recursos escassos, de defesa da rentabilidade, de suporte de estabilidade do emprego e como factor gerador de confiança.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

A actividade económica mundial retomou uma trajectória de crescimento em 2010, em particular nos países de maior vocação exportadora. Destaca-se o vigor das eco-

nomias em desenvolvimento, cujo ritmo de crescimento do PIB correspondeu quase ao triplo do valor médio verificado nos países avançados. O crescimento económico mundial estimado para 2010 é de cerca de 4,5%.

A fase inicial e a incerteza com a sustentabilidade e vigor da recuperação económica têm condicionado a evolução do mercado de trabalho. Efectivamente, não se regista ainda uma redução consistente do desemprego, que se mantém em valores historicamente muito elevados e evidencia um aumento da componente estrutural.

Para 2011 projecta-se a continuidade do ciclo de recuperação, com menor intensidade do que em 2010 e ainda caracterizado por alguma disparidade. Na identificação dos riscos para os cenários económicos relativos a 2011, sobressaem, de molde consensual, os desenvolvimentos da crise soberana dos estados membros da área do euro e as suas repercussões institucionais.

Este factor não é exclusivo da Europa. Os EUA também se encontram numa situação de endividamento excessivo, pelo que persistem preocupações com a folga orçamental a prazo e respectivos impactos na economia mundial. Acrescem outros riscos, nomeadamente a sustentabilidade do processo de crescimento de países asiáticos; fenómenos de estrangulamento na oferta de matérias-primas de base; e tensões internacionais decorrentes de uma deficiente coordenação das políticas económicas a nível global, que poderão ter manifestações mais concretas nos mercados cambiais ou no livre comércio. O regresso de pressões inflacionistas relembra a necessidade de coordenação de políticas e assunção de compromissos globais.

Os receios deflacionistas atenuaram-se e despontaram pressões inflacionistas relacionadas com a evolução do preço das matérias-primas de base, com o agravamento da tributação directa no consumo e com os desenvolvimentos cíclicos mais favoráveis.

A inversão do ciclo recessivo e catástrofes naturais pontuais induziram uma pressão ascendente sobre os preços das matérias-primas. Em alguns casos, retomaram-se níveis de preços superiores aos que se verificavam antes da crise, nomeadamente em bens alimentares, de proporções dramáticas nos países e para as populações de menores recursos. A adopção de soluções mais eficientes na produção e na utilização de recursos escassos, e maior coordenação e consistência das políticas globais, assumem uma importância crescente no equilíbrio geo-estratégico mundial.

PERSPECTIVAS PARA ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa apresentou um comportamento similar ao padrão médio da área do euro: crescimento da actividade; aumento da inflação e inércia no emprego. Porém, o agravamento das condições de financiamento, do Estado e dos agentes privados, exigiu medidas adicionais de correcção das finanças públicas, nas recorrentes revisões dos planos orçamentais e no Orçamento do Estado para 2011, condicionantes da situação financeira das finanças das famílias e das empresas.

Relatório do Conselho de Administração

Projeções económicas do FMI

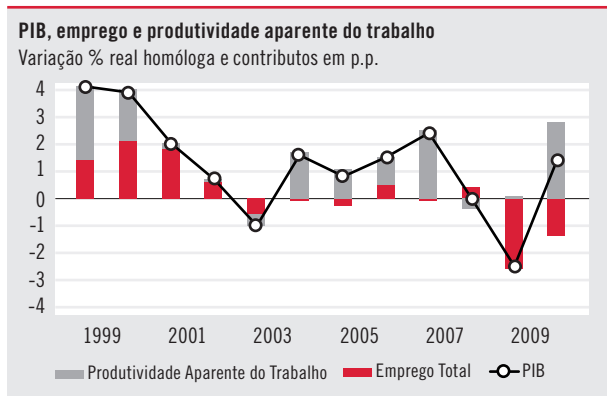
	2009	2010 (E)	2011 (E)	2012 (P)
Mundo	-0,6	5,0	4,4	4,5
Ec. avançadas	-3,4	3,0	2,5	2,5
Ec. emergentes	2,6	7,1	6,5	6,5
EUA	-2,6	2,8	3,0	2,7
Área do Euro	-4,1	1,8	1,5	1,7
China	9,2	10,3	9,6	9,5
Brasil	-0,6	7,5	4,5	4,1
África do Sul	-1,7	2,8	3,4	3,8

Fonte: IMF, Jan. 2011

Relatório do Conselho de Administração

Outros factores exógenos também se prefiguram menos favoráveis para 2011, designadamente o custo do financiamento e das matérias-primas internacionais. Nesse sentido, projecta-se o retorno a uma conjuntura recessiva em 2011 após o crescimento de cerca de 1,4% estimado para 2010.

Recuperação da actividade económica em Portugal sem reflexo na evolução do emprego



Fonte: INE, Cálculos próprios

A alteração nas condições de acesso a financiamento do exterior representa uma ruptura no regime de crescimento económico e de relacionamento institucional que caracterizou a participação de Portugal na área do euro desde 1999. Não obstante o ajustamento já efectuado em 2010, quase exclusivamente suportado pelo sector privado, as necessidades de financiamento da economia portuguesa permanecem substanciais. Tendo em conta a alteração na propensão dos investidores não residentes em financiar Portugal, e apesar da existência de alternativas de financiamento de carácter extraordinário, dificilmente se evitará um período de forte retracção na procura interna.

Um dos principais motivos por detrás do agravamento do risco-país prende-se com o referencial de baixa produtividade e de competitividade em Portugal na última década, e que é incompatível com a sustentabilidade do endividamento existente e cenários de envelhecimento da população. Elevar os níveis de produtividade de forma estrutural exige clarividência de políticas e, mesmo quando bem sucedidas, implica tempos de ajustamento relativamente prolongados. Como tal, os ganhos de competitividade dependem na sua maior parte de uma política de preços e de remuneração dos factores ajustada à realidade subjacente, isto é, que contribua para a redução do desequilíbrio externo do país.

A inversão na tendência de preços das matérias-primas de base, com destaque para o preço do petróleo, e os efeitos da alteração na tributação do consumo, determinaram uma evolução ascendente da taxa de inflação em 2010, para 1,4%. Estes factores influenciarão ainda o comportamento dos preços em 2011, elevando a taxa de inflação para níveis superiores a 2%. O poder de compra das famílias reduz-se, para além dos efeitos das medidas de racionalização do apoio público.

O baixo crescimento tendencial e a necessidade de repor níveis de produtividade e de rentabilidade superiores têm fomentado uma contracção dos quadros de pessoal e o aumento da taxa de desemprego para níveis invulgarmente elevados, na proximidade de 11%. Ao drama social do desemprego junta-se a sua persistência, já que mais de metade dos desempregados constituem desemprego de longa duração. A exclusão de um estado de trabalho activo contribuiu para acentuar o fosso entre competências e necessidades procuradas.

Enquadramento do Sector Segurador

Em 2010, os prémios de seguro directo e contratos de investimento do mercado segurador português revelaram um crescimento significativo face ao ano anterior,

de 12,6%, superando os 16,3 mil milhões de euros, o equivalente a cerca de 9% do PIB português.

O volume de negócios do sector segurador foi, uma vez mais, impulsionado pela expansão de 17,2% do ramo Vida, onde o total dos prémios superou os 12 mil milhões de euros. Para esta evolução, pesaram muito positivamente os produtos de Capitalização, cujos prémios aumentaram 26,6% (para perto de 8,0 mil milhões de euros).

A evolução registada do ramo Vida levou a um aumento do peso deste segmento no total da carteira, o qual passou a representar 74%, face aos 72% verificados no período homólogo do ano anterior.

A produção de seguro directo do conjunto dos ramos Não Vida apresentou um ligeiro aumento, atingindo os 4,2 mil milhões de euros, 0,9% acima do ano anterior, contrariando assim a tendência decrescente verificada nos últimos anos. De salientar o crescimento dos ramos Doença, Incêndio e Automóvel por contraposição ao ramo de Acidentes de Trabalho, que continuou a exibir um decréscimo face a 2009 (-4,1%), embora menos pronunciado que no ano anterior (-9,1%), justificado por uma conjuntura macro-económica, quer a nível nacional quer a nível internacional, nomeadamente pelo fraco dinamismo de agregados como o consumo privado, o investimento, o rendimento e o emprego, bem como, por uma intensa concorrência entre os operadores deste sector de actividade.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento – Actividade em Portugal (MILHÕES DE EUROS)

RAMOS	2010	2009	2008	2007	VAR.10/09	VAR.09/08	VAR.08/07
Vida	12.173,4	10.383,9	11.004,7	9.369,3	17,2%	-5,6%	17,5%
Não Vida	4.168,5	4.131,6	4.321,0	4.371,6	0,9%	-4,4%	-1,4%
Total	16.341,9	14.515,5	15.325,8	13.750,9	12,6%	-5,3%	11,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

No ano de 2010 assistiu-se, contrariando a tendência registada em 2009, a um aumento da concentração no mercado segurador nacional, sendo que os cinco maiores grupos foram responsáveis por cerca de 73% dos prémios emitidos, o que compara com os 70% registados no final de 2009.

Não obstante a estagnação da actividade económica que se tem verificado, podemos afirmar que o sector segurador assenta num modelo sólido e robusto, estando a ultrapassar esta exigente conjuntura sem apoio financeiro por parte do Estado, sem casos de insolvência e mantendo um rácio de solvência muito acima dos 100% exigidos pelo regulador.

ANÁLISE DO RAMO VIDA

O crescimento do segmento Vida foi, de facto, muito expressivo ao longo do ano de 2010, mantendo-se, desde o mês de Março, acima dos 30%. Não obstante, a partir do mês de Setembro, assistiu-se a uma inflexão na tendência mensal da taxa de crescimento do ramo, que se fixou em Dezembro nos 17,2%. O ritmo de crescimento torna-se ainda mais significativo após o enquadrarmos no contexto geral da economia portuguesa, cujo PIB cresceu abaixo dos 2%.

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Este crescimento tem sido impulsionado pelo desenvolvimento dos produtos de capitalização, sobretudo os não ligados a fundos de investimento. No conjunto, este tipo de produtos apresentou um montante total de prémios de cerca de 8,0 mil milhões de euros, o que, face aos 6,3 mil milhões registados no período homólogo do ano passado, representa um crescimento de 26,6%. Numa envolvente particularmente volátil de escassa liquidez na economia os produtos de capitalização com garantia de capitais e taxas de rendimentos, tornaram-se produtos de refúgio dos aforradores portugueses, avessos a outro tipo de produtos financeiros de maior risco.

Ainda no segmento Vida, é de realçar o desempenho dos produtos de Poupança Reforma, que continuam a apresentar um ritmo de crescimento positivo, vindo confirmar uma tendência progressiva de alteração de atitude da população portuguesa relativamente à sua reforma:

- existe uma maior consciencialização de que a reforma atribuída pela Segurança Social não é suficiente para assegurar os padrões de rendimento e o nível de vida equivalentes aos do período de vida activa;
- a prudência aplicada à gestão das seguradoras é percepcionada pela população, inspirando-lhe credibilidade e segurança.

Os produtos *Unit-Linked* registaram um decréscimo face a 2009, sendo a procura fortemente condicionada pela menor apetência dos investidores, no actual enquadramento económico e financeiro, por produtos de reduzida liquidez e/ou sem capital garantido.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento – Actividade em Portugal [MILHÕES DE EUROS]

RAMOS	2010	2009	2008	2007	VAR. 10/09	VAR. 09/08	VAR. 08/07
Produtos de Capitalização	7.969,4	6.295,5	7.588,6	6.835,2	26,6%	-17,0%	11,0%
Planos Poupança Reforma	3.252,5	3.144,8	2.465,9	1.698,2	3,4%	27,5%	45,2%
Risco e Rendas	951,5	943,6	950,2	835,9	0,8%	-0,7%	13,7%
Total	12.173,4	10.383,9	11.004,7	9.369,3	17,2%	-5,6%	17,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

No segmento Vida, à imagem do que sucedeu no total do mercado, é sentida a tendência de concentração em torno dos cinco principais operadores do mercado nacional. De facto, os cinco principais grupos seguradores, que representavam cerca de 81% do total do mercado segurador de Vida em 2009, representam em 2010 já 83% do mesmo mercado.

ANÁLISE DOS RAMOS NÃO VIDA

O segmento Não Vida registou um crescimento de 0,9% face ao período homólogo, cifrando-se o total dos prémios de seguro directo aproximadamente em 4,2 mil milhões de euros.

Continuou a destacar-se pela positiva a dinâmica do ramo Doença, com um crescimento de prémios de cerca de 7%. É uma evolução que se enquadra numa

tendência que tem caracterizado os últimos anos e que decorre da crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde e pela versatilidade, abrangência e acessibilidade deste tipo de seguros, que constituem cada vez mais um complemento aos serviços prestados pelos sistemas de saúde públicos.

Ainda a exibir decréscimos do volume de prémios de seguro directo, embora menos pronunciados, está um dos ramos de maior peso no segmento Não Vida – Acidentes de Trabalho – agora da ordem dos 4,1%, cuja evolução se encontra fortemente condicionada quer pela performance da nossa economia, quer pela forte concorrência do sector segurador. Por seu lado, o ramo Automóvel apresentou, pela primeira vez desde 2007, um ligeiro crescimento do volume de prémios (0,4%).

Relativamente aos custos com sinistros líquidos do efeito do resseguro dos ramos Não Vida, registou-se no terceiro trimestre do ano um decréscimo de cerca de 2,7%, fruto de uma ligeira aceleração, quer dos montantes pagos (2,4%), quer da variação da provisão para sinistros (64,5%), ambas compensadas por uma recuperação ao nível dos custos com sinistros de resseguro cedido (37,4%).

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro do segmento Não Vida registou assim, face a Setembro 2009, uma recuperação de cerca de 1 ponto percentual, justificada, quer pela retracção dos custos com sinistros líquidos de resseguro quer pela ligeira recuperação dos prémios.

Prémios de Seguro Directo – Actividade em Portugal (MILHÕES DE EUROS)

RAMOS	2010	2009	2008	2007	VAR. 10/09	VAR. 09/08	VAR. 08/07
Automóvel	1.671,9	1.665,6	1.809,7	1.943,9	0,4%	-8,0%	-6,9%
Incêndio	765,3	744,3	732,2	705,9	2,8%	1,7%	3,7%
Acidentes de Trabalho	645,9	673,7	741,1	762,5	-4,1%	-9,1%	-2,8%
Doença	532,2	499,7	482,8	440,5	6,5%	3,5%	9,6%
Acidentes Pessoais	178,4	180,0	172,3	169,2	-0,9%	4,5%	1,8%
Outros Ramos	374,7	368,3	382,9	359,6	1,8%	-3,8%	6,5%
Total	4.168,5	4.131,6	4.321,0	4.381,6	0,9%	-4,4%	-1,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Esta retracção dos custos com sinistros é visível em praticamente todos os ramos com natural reflexo na redução das taxas de sinistralidade. A contrariar esta tendência decrescente está o ramo Incêndio, que viu agravar a taxa de sinistralidade líquida de resseguro cedido em cerca de 14 pontos percentuais, reflexo dos sinistros ocorridos em Fevereiro deste ano na Região Autónoma da Madeira.

Taxas sinistralidade

RAMOS	JAN-SET 2010	JAN-SET 2009	JAN-SET 2008	JAN-SET 2007	2009	2008	2007	2006
Acidentes	74,5%	75,9%	75,3%	72,4%	75,7%	77,6%	77,2%	77,8%
Doença	77,1%	82,5%	75,6%	77,4%	87,1%	82,8%	82,8%	84,4%
Incêndio	72,9%	58,8%	51,1%	46,9%	64,4%	53,7%	46,9%	52,0%
Automóvel	77,3%	80,1%	70,5%	70,8%	75,1%	69,3%	70,6%	69,3%
Outros Ramos	63,3%	73,8%	59,2%	58,5%	74,4%	66,3%	57,5%	71,6%
Não Vida	75,3%	76,4%	69,3%	68,7%	75,5%	70,8%	70,1%	71,0%

Relatório do Conselho de Administração

Nota: Taxas calculadas sobre prémios emitidos. Os custos com sinistros incluem montantes pagos, variação da provisão p/sinistros e custos de gestão imputados. As taxas apresentadas são líquidas de efeito de resseguro.

Relatório do Conselho de Administração

Millenniumbcp Ageas – Principais Acontecimentos de 2010

2010 foi um ano extremamente difícil e exigente a todos os níveis. A manutenção do ambiente económico recessivo, o contínuo aumento do desemprego, o agravamento da pressão dos mercados financeiros, nomeadamente no que respeita à dívida soberana dos países periféricos da Europa, e a falta de liquidez dos mercados, são apenas alguns dos factores que condicionaram fortemente o crescimento e a solidez do mercado segurador. Apesar deste enquadramento, o balanço de 2010 da Millenniumbcp Ageas foi extremamente positivo e globalmente foram atingidos os objectivos traçados. De entre os vários acontecimentos que marcaram a actividade de 2010, destacam-se os seguintes:

- Ao nível comercial, as vendas de produtos PPR mantiveram uma boa performance. Em seguros de Capitalização, destaque para o crescimento de 45% nos planos com entregas programadas. Nos produtos *Unit-Linked*, a Rede de *Private Banking* multiplicou por quatro os montantes subscritos por comparação com o exercício anterior, tendo sido 2010, também aqui, o melhor ano de sempre. As taxas de penetração dos seguros na base de Clientes do Millennium bcp mantiveram-se sustentadas em níveis de excelência que constituem *benchmarks* internacionais. As vendas de produtos Médis cresceram acima dos 10%, o que permitiu fechar o exercício com cerca de 27% de quota de mercado, mais de 455.000 Clientes, um nível de satisfação de 97%, e a liderança no seu segmento em notoriedade e recordação da marca, renovando pelo 5º ano consecutivo o prémio SuperBrand. De destacar, especialmente na difícil conjuntura económica para as empresas, os êxitos do relançamento do EuroNegócio, do modelo de suporte especializado no segmento de Negócios, e do crescimento de 2 dígitos na bancassurance Empresas;
- O novo canal de distribuição de Não Vida – Ocidental – Agentes & Corretores – lançado no início de 2008 para o segmento de PME, que é suportado por uma rede de mediadores profissionais, contribuiu já, no ano de 2010, com um volume de prémios de 35,5 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 9,1% face ao ano anterior;
- Ainda ao nível comercial, de realçar a contribuição dos Acordos de Distribuição – parcerias entre a Médis e outras Seguradoras – cuja receita processada atingiu 10,1 milhões de euros em 2010, o que representa um crescimento de 64% face ao ano anterior;
- O grau de satisfação dos Clientes com os produtos e serviços prestados cresceu em 2010 de 71,8% para 73,0%. Para este facto contribuiu o permanente enfoque de todas as áreas da empresa no serviço ao Cliente, o que permitiu melhorar a rapidez de resposta aos pedidos efectuados (passou de 2,3 dias úteis em 2009 para 1,7 em 2010) e às reclamações (passou de 3,0 dias úteis em 2009 para 2,7 em 2010), e a qualidade do serviço prestado;
- No início de 2010 foi lançado um projecto para dinamizar e melhorar o desempenho das áreas técnicas e operativas. Este projecto denominado de ‘M4’ assenta em quatro vectores chave de intervenção: serviço ao Cliente, rentabilidade, pro-

produtividade e motivação. O projecto assenta no forte envolvimento de todos os Colaboradores, seja através da submissão de ideias de melhoria inicialmente com a criação de um banco de ideias com elevado índice participativo, (445 ideias submetidas), seja, na colaboração activa na implementação das iniciativas criadas através das ideias recolhidas. Uma das características de relevo do “M4” é a sua componente comunicacional, com especial enfoque na página *web* criada no portal da Millenniumbcp Ageas, onde todos os Colaboradores podem acompanhar o desenrolar do projecto (evolução das iniciativas e resultados obtidos). Para apoiar o projecto foi designada uma equipa que se ocupa da dinamização, organização, acompanhamento das iniciativas e da actualização da informação sobre o projecto. Ainda no âmbito do projecto “M4”, foi concluída a reestruturação das áreas de *back-office* de Não Vida, da qual resultou a centralização das áreas técnicas e das áreas de gestão de sinistros, que permitirá ganhos de produtividade e eficiência no futuro;

- › Ao nível da gestão de sinistros Não Vida, 2010 foi o ano de estabilização operativa e consolidação dos procedimentos no âmbito do modelo de gestão de sinistros que assenta no *outsourcing* de um conjunto de actividades de suporte à gestão, consequentemente não *core*. Na vertente financeira, 2010 foi um ano de poupanças significativas ao nível dos custos da plataforma, decorrentes de economias de escala e de renegociação de contratos *outsourcing*. Este modelo, que é único e inovador no mercado segurador, foi iniciado em 2009 para os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho. A centralização da gestão de sinistros Não Vida, com excepção de Saúde, numa única área, permitiu o alargamento do modelo aos restantes ramos, nomeadamente Acidentes Pessoais, Planos de Protecção e Multirriscos, gerando economias de escala e potenciando ganhos de produtividade e sinergias;
- › Ao nível da gestão de sinistros do ramo Saúde, as exigências de alguns negócios em carteira, constituídos por soluções feitas à medida dos Clientes (*tailor made*), com circuitos e níveis de serviço pré-negociados, levaram a área a apostar ainda mais fortemente na eficiência e eficácia operativa, com vista ao cumprimento das condições negociais acordadas, algumas delas suportadas em gestão personalizada. Os níveis de serviço alcançados (80% das despesas realizadas fora da Rede Médis pagas até 10 dias) são um dos suportes à satisfação do universo seguro e dos Clientes. Também no que respeita ao tratamento e processamento da facturação manual que os Prestadores Médis enviam para pagamento, a estrutura foi ajustada com vista a uma melhor resposta e optimização dos recursos, visando o cumprimento dos prazos de pagamento acordados (85% das facturas pagas até 30 dias) bem como a conferência das mesmas;
- › Ao nível dos sistemas de informação, merecem destaques as múltiplas iniciativas de reforço à automatização e *webização* de processos partilhados com o Millennium bcp que permitem às Sucursais do Banco concluir todo o processo de venda num único contacto, apresentando a proposta ao Cliente, fechando o negócio, emitindo a apólice e cobrando o prémio. Entre as várias actividades levadas a cabo ao longo do ano, destacam-se ainda: i) o Projecto Vida/AIA, cujo objectivo consiste na implementação de um novo suporte informático à gestão integral

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

- do negócio do ramo Vida, que permitirá um salto qualitativo a todos os níveis da cadeia de negócio e que no futuro será certamente um factor diferenciador face aos principais concorrentes; ii) o Projecto IValue que tem como objectivo melhorar a qualidade da informação de gestão que suporta o processo de decisão;
- › Na área de gestão de riscos, dando continuidade ao projecto de implementação do Regime de Solvência II iniciado no segundo semestre de 2009, procedeu-se ao alinhamento do plano local com o plano do grupo *Ageas*, com o objectivo de maximizar sinergias. Procedeu-se, igualmente, ao desenvolvimento do plano detalhado, análise de recursos e investimento. Ainda no último trimestre de 2010, e de acordo com o planeamento, iniciaram-se alguns sub-projectos, no âmbito dos *workstreams* de *Governance*, *IT* e *Modelling*;
 - › Na área da gestão dos Recursos Humanos, merecem destaque duas iniciativas: no âmbito da formação, o desenvolvimento de uma Plataforma de *e-learning* que permitirá aos Colaboradores, através de uma ferramenta simples e de fácil acesso, desenvolver e enriquecer as suas competências técnicas no âmbito da actividade seguradora e a aprovação de um programa de reestruturação, a implementar a partir de 2011, que visa o rejuvenescimento do quadro de Colaboradores;
 - › O reconhecimento do mercado pelo trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo dos últimos anos encontra-se patente no facto de mais uma vez a Ocidental Vida ter sido distinguida pela Revista *Exame* com o prémio de “Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida” a operar no mercado português;
 - › No negócio de gestão de Fundos de Pensões, a Pensõesgera manteve a liderança destacada do mercado, tendo o valor global dos activos sob gestão ultrapassado os 6,7 mil milhões de euros, salientam-se ainda todos os trabalhos preparatórios para adequar os serviços da Pensõesgera às novas exigências regulamentares, nomeadamente do relato financeiro, gestão de risco e controlo interno.

Missão, Valores e Estratégia

MISSÃO

Ser a Empresa líder no Mercado segurador Português, maximizando o potencial da marca e da estratégia multi-canal do Millennium bcp, capitalizando as competências da Ageas em termos de desenvolvimento de produtos, disponibilizando uma oferta completa de produtos inovadores e as melhores soluções em termos de *performance* aos seus Clientes, com um serviço de excelência em termos de pessoas e processos.

VALORES

O Grupo pretende ser reconhecido pelos seus parceiros por um conjunto de quatro grupos de valores.

Relatório do Conselho de Administração

Solidez (Estabilidade)	Somos credíveis, agora e no futuro. Somos um parceiro sólido e proporcionamos aos nossos Colaboradores oportunidades, desafios e perspectivas alargadas.
Responsabilidade (Credibilidade)	Ouvimos, compreendemos e respondemos aos Clientes e à Sociedade. Entendemos que para o alcançar, os nossos Colaboradores são cruciais e por isso proporcionamos-lhes meios para crescerem e desenvolverem os seus talentos ao máximo.
Inovação (Criatividade)	Esforçamo-nos, sempre, para obter as melhores e mais adequadas soluções. Encorajamos os Colaboradores a usarem a sua iniciativa e a desenvolverem um espírito empreendedor.
Objectividade (Pragmatismo)	Somos frontais e agimos com transparência.

Esses valores, são suportados por um conjunto de comportamentos e práticas empresariais, que são assumidas no dia-a-dia pelos Colaboradores.

ESTRATÉGIA

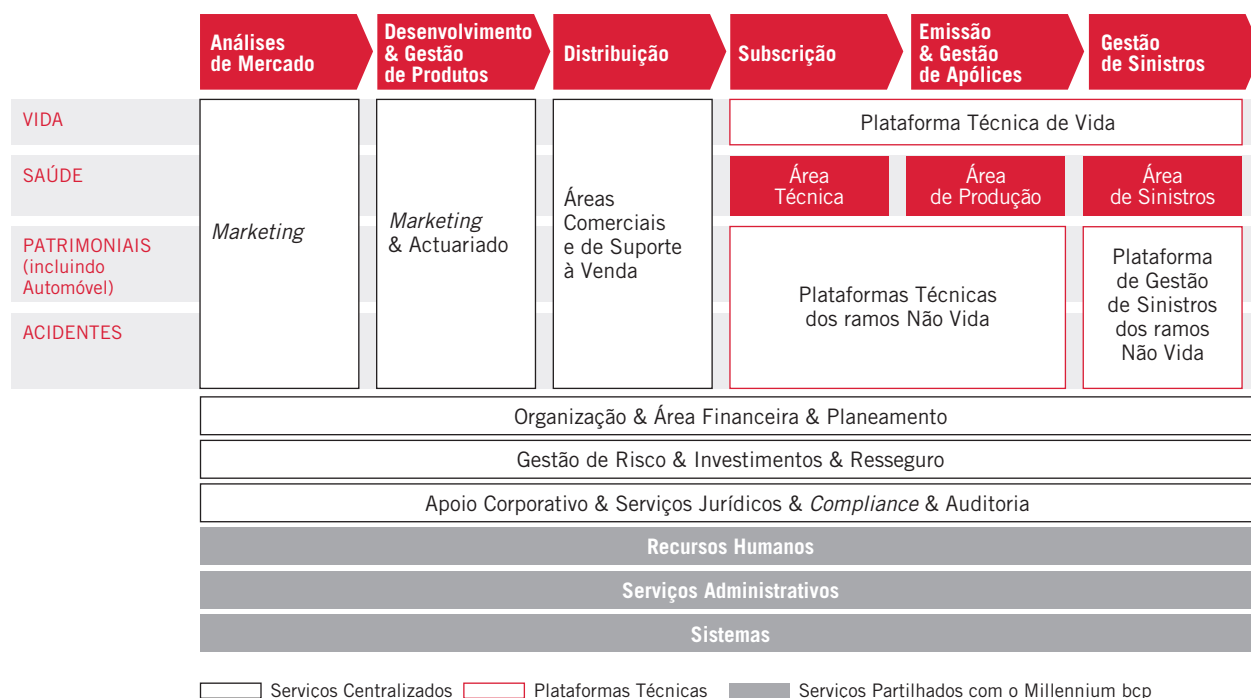
A estratégia do Grupo Millenniumbcp Ageas assenta em 8 pilares, dos quais derivam vários objectivos.

PILARES ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS
Aumentar a solidez financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Ser líder de mercado em volume de negócio; • Melhorar os <i>drivers</i> de rentabilidade defendendo a margem dos produtos e equilibrando a carteira; • Manter os níveis de solvência.
Maximizar o crescimento através do Millennium bcp	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a eficácia das campanhas comerciais e garantir a continuidade das vendas fora desse período; • Desenvolver a venda activa; • Simplificar a oferta de produtos e os processos operativos.
Desenvolver canais alternativos	<ul style="list-style-type: none"> • Equilibrar a estrutura da carteira e aumentar a rentabilidade desenvolvendo canais de distribuição alternativos (ex. "Ocidental Seguros – Agentes & Corretores" e Médis Directo).
Desenvolver novos produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Antecipar as necessidades do mercado lançando produtos inovadores que impulsionem as vendas e respondam a novos segmentos de mercado.
Melhorar a qualidade dos serviços prestados	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a relação com o Cliente através de processos fluidos, suportados por níveis de serviço de excelência.
Alinhar os sistemas (IT) com os objectivos da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produtividade e controlar os custos operacionais; • Aumentar o controlo sobre o suporte informático reduzindo o tempo de resposta (ex. implementação de um novo sistema informático de suporte ao ramo Vida).
Mitigar o risco operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar a exposição ao risco operacional e financeiro.
Assegurar o envolvimento e responsabilização dos Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver aptidões e competências; • Incentivar ao autodesenvolvimento e à responsabilização como meio de reforçar a progressão na carreira.

Relatório do Conselho de Administração

Estrutura Organizacional

O processo contínuo de racionalização da actividade, constitui um dos mais relevantes factores críticos de sucesso para a obtenção de sinergias operativas e para o aproveitamento de economias de escala, seja em áreas técnicas – como a Produção, Sinistros, Resseguro e Gestão de Activos – seja em áreas operativas de suporte – Organização, Sistemas, Administrativa, Financeira, Contabilidade, Recursos Humanos, Serviços Jurídicos, Auditoria Interna e *Compliance*.



Marketing & Comercial

Apesar do contexto económico adverso, o Millenniumbcp Ageas conseguiu registar novamente um desempenho em Não Vida contrastante com o do mercado, ao crescer o volume de prémios em 6,8%, quando o mercado português cresceu apenas 0,9%, novamente abaixo da variação do PIB, mas mesmo assim melhor que nos anos anteriores. No ramo Vida, o crescimento global do volume de prémios foi negativo, fruto da desaceleração programada dos volumes de Produtos *Unit-Linked* iniciada em 2009.

O exercício de 2010 continuou a ser marcado pela inovação de produto-mercado. No global, o peso de novos produtos no negócio gerado pelos diversos canais situou-se nos 43,7%, medido pelo volume de prémios novos em produtos lançados nos últimos 12 meses, seja no ramo Vida, seja nos ramos Não Vida.

As subscrições de PPR, medidas pelos volumes de novos e de reforços de contratos existentes, mantiveram-se em linha com as do ano anterior, embora no global o volume de prémios tenha descido cerca de 3%, fruto da esperada quebra nos volu-

mes de contratos de entregas programadas. Tendo presentes as alterações ao regime fiscal dos PPR decorrentes do PEC, em vigor a partir de 2011, o ano de 2010 fez do benefício fiscal a alavanca de comunicação no final do ano.

Mesmo assim, o posicionamento de produto do Millenniumbcp Ageas, orientado para as necessidades dos Clientes na perspectiva da constituição de poupanças de longo prazo para a reforma, permitiu que o apelo do PPR enquanto complemento de reforma não dependesse do benefício fiscal, tendo o volume de subscrições sido balanceado ao longo de todo o exercício, reduzindo a dependência de lançamento de séries especiais. Entre produtos novos e novas séries de produtos já conhecidos, foram lançadas 13 novas soluções PPR ao longo do exercício de 2010.

Os PPR disponíveis no Millennium bcp foram objecto de campanhas de promoção multi-meios, com destaque para o rádio e para a promoção nos principais estádios de futebol ao longo das diversas competições profissionais, que beneficiaram de ampla cobertura em televisão.

O *ppr.net*, produto inovador e exclusivo do canal internet do Millennium bcp, voltou a revelar-se apelativo para os Clientes do Banco: apesar de ter estado disponível por curtos períodos (em Janeiro e em Dezembro apenas), contribuiu decisivamente para o crescimento de cerca de 500% das vendas de PPR através do portal millenniumbcp.pt.

De destacar igualmente o desenvolvimento de um PPR exclusivo para a rede de Private Banking do Millennium bcp, lançado em 2 séries, o qual contribuiu de forma muito expressiva para o volume *record* de subscrições nesta rede do Banco.

Em seguros de capitalização, depois de um ano de 2009 marcado por um forte crescimento, a evolução dos volumes foi em linha com o esperado e acima da média dos últimos 5 anos. O *Poupança 112*, um dos produtos estrela do exercício anterior, voltou com uma nova série em Janeiro a merecer a preferência dos Clientes do Millennium bcp, assim como o novíssimo *Puro Capital*. Manteve-se também o foco na apresentação de soluções segmentadas, inovadoras e apelativas para a constituição de poupança regular. Os Clientes reconheceram-no, tendo os volumes de planos com entregas programadas crescido mais de 45%.

Nos produtos *Unit-Linked*, manteve-se no exercício de 2010 a desaceleração programada dos volumes de novos iniciada em 2009. Mesmo assim, o Millenniumbcp Ageas continuou a inovar e a apresentar sempre soluções adaptadas ao perfil dos Clientes e à conjuntura

Relatório do Conselho de Administração



Relatório do Conselho de Administração

de mercado. Entre produtos novos e novas séries de produtos já conhecidos, foram lançadas 14 novas soluções *Unit-linked* ao longo do exercício em análise.

De sublinhar a procura registada nesta linha de produtos na Rede de *Private Banking*, que permitiu multiplicar por quatro os montantes subscritos, por comparação com o exercício anterior, tendo-se registado o melhor ano de sempre.

Apesar do esperado decréscimo de volume de crédito concedido e do aumento dos *spreads*, a taxa de penetração dos seguros associados a operações de crédito manteve-se sustentada em níveis de excelência que constituem *benchmarks* internacionais. Em termos globais, o volume de prémios novos diminuiu 20% relativamente a 2009. De registar o crescimento do peso do novo PPP associado a crédito habitação (+ 130,6% face ao exercício anterior), e a evolução muito positiva do Seguro Automóvel associado a operações de financiamento: + 78,6% face a 2009.

Em produtos de Risco de Venda Activa, o foco nos pilares estratégicos de inovação de produto-mercado e da distribuição multi-canal continuou a produzir resultados visíveis. O número de campanhas com objectivos comerciais no Millennium bcp foi um importante motor para a evolução do negócio de risco em venda activa, apesar do contexto económico adverso e do aumento da penetração de seguros no mercado e na base de Clientes do Banco. Além da dinâmica comercial do Millennium bcp, a contínua inovação de produto e a diversificação de canais de negócio permitiu manter inalterados os volumes totais de novos produtos de risco de venda activa (Vida e Não Vida).

As vendas (volume de prémios novos) de Acidentes Pessoais cresceram 25,3%, devido ao efeito combinado da reconhecida qualidade da oferta de produto, e do dinamismo comercial do Millennium bcp.

As vendas de produtos Médis registaram um valor considerável, o que permitiu manter o caminho de ganho de quota de mercado. Considerando prémios de seguro directo e resseguro aceite, a Médis fechou o exercício de 2010 com 26,6% de quota de mercado (+1,2pp face ao exercício anterior), mais de 455.000 Clientes, um nível de satisfação de 97% aferido por um estudo independente realizado pela Nielsen Company, a liderança no seu segmento em notoriedade e recordação da marca, e renovando pelo 5º ano consecutivo o prémio *SuperBrand*.

Todos os anos desde 2005 a Médis tem vindo a lançar novos produtos ou soluções dentro da gama existente, sempre com o foco na inovação e nas necessidades dos diversos segmentos de mercado. 2010 não foi excepção, com o lançamento do produto *Vintage*, destinado ao segmento sénior. A promoção da marca Médis foi



assegurada pela presença criteriosa em diversos meios de comunicação tradicionais, na internet e, mais uma vez e com importante cobertura mediática, em eventos desportivos seleccionados e com elevado *return on investment*. Além da evolução positiva do volume de prémios e de notoriedade da marca, a Médis apresentou em 2010 os melhores resultados do exercício de sempre.

Nos produtos Multirriscos de Venda Activa, 2010 voltou a ser um ano de crescimento, seja no segmento de particulares, seja no de PME. Relativamente ao exercício anterior, o volume de prémios novos cresceu 11,4%. O produto Multirriscos da Ocidental Seguros manteve, mais uma vez, a distinção que a principal organização de consumidores portuguesa lhe tem vindo a atribuir, classificando-o entre os melhores do mercado nacional.

Ainda em produtos de Risco de Venda Activa, o produto *Pétis*, seguro de animais domésticos com componente de Responsabilidade Civil e de despesas de tratamento, registou um crescimento do volume de prémios novos de 163,9% face ao exercício anterior, provando que, mesmo num contexto económico adverso, a inovação de produto e de comunicação produz resultados. O *Pétis* é um produto com enorme potencial, e uma das apostas para o desenvolvimento do negócio multi-canal nos próximos anos.

No ramo Automóvel, que não tem sido uma das apostas estratégicas em termos de promoção dos produtos do Millenniumbcp Ageas no Banco, registou-se um decréscimo do volume de prémios novos de 6,3%. No entanto, a reformulação da oferta iniciada no exercício de 2010 perspectiva uma inversão para os anos seguintes, assente na inovação de produto e no ajustamento às necessidades dos Clientes do Millennium bcp.

De destacar, por fim, especialmente na difícil conjuntura económica para as empresas, o relançamento do EuroNegócio através de uma adequação e flexibilização das soluções para pequenos negócios, o êxito do modelo de suporte especializado no segmento de Negócios, e o crescimento de 2 dígitos na bancassurance Empresas. A consolidação do canal de negócio direccionado ao segmento de PME, assente numa rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, contribuiu como esperado para a subida da quota de mercado da Ocidental Seguros em Não Vida, novamente um facto a assinalar num ano desafiante como foi o de 2010, e num mercado concentrado, maduro e concorrencial.

Relatório do Conselho de Administração



Relatório do Conselho de Administração

ÁREA DE BANCASSURANCE EMPRESAS

A abordagem comercial junto das Redes de Empresas e *Corporate* do Millennium bcp é realizada pela área de negócio de *Bancassurance* Empresas, distribuindo de forma integrada os Fundos de Pensões da Pensõesger, os seguros de Ramos Reais e de Saúde da Ocidental Seguros e os seguros de Vida da Ocidental Vida, envolvendo como Clientes as Empresas e os seus Colaboradores.

A grande implantação no mercado e o dinamismo comercial das Redes de Empresas e *Corporate* do Millennium bcp permitiram que se realizasse um volume de negócios em termos de produção nova de 28,3 milhões de euros. O valor global de produção nova repartiu-se da seguinte forma: 3,0 milhões de euros em Fundos de Pensões; 22,3 milhões de euros em seguros de Capitalização; 1,4 milhões de euros em seguros de Saúde e 1,6 milhões de euros em seguros dos ramos Não Vida.

A posição destacada ou de liderança nos mercados em que actua, a visão global do Cliente através da oferta integrada de produtos de *employee benefits* e a consolidação de uma oferta global com os seguros de Não Vida, permitem perspectivar, para 2011, uma consolidação da oferta de soluções globais de seguros e Fundos de Pensões para as empresas.

Fundos de Pensões Abertos

A Pensõesger comercializa três Fundos de Pensões Abertos que se distinguem entre si pelo maior ou menor exposição a activos de maior risco – acções.

As contribuições podem ser efectuadas para mais que um Fundo de Pensões, existindo também a possibilidade de switching anual entre Fundos, de acordo com o previsto no Plano de Pensões.

HORIZONTE SEGURANÇA	HORIZONTE VALORIZAÇÃO	HORIZONTE VALORIZAÇÃO
O Fundo revela-se apropriado para quem pretenda investir com segurança – perfil de risco reduzido (0% em acções). Os investidores neste Fundo apresentam um horizonte temporal de investimento curto. Trata-se de um Fundo que se destina aos investidores que se encontram próximos da idade da reforma ou próximos do momento do seu reembolso.	O Fundo revela-se apropriado a quem pretenda investir com alguma valorização – perfil de risco intermédio até 30% em acções. Os investidores neste Fundo apresentam um horizonte temporal de investimento médio. Trata-se de um Fundo que se destina aos investidores cujas datas previstas de reforma se encontram a médio prazo.	O Fundo revela-se apropriado para quem queira investir com valorização – perfil de risco mais elevado (exposição central em acções de 40%). Trata-se de um Fundo dirigido a investidores com apetência para o investimento em activos de risco dado a potencial valorização que é expectável em fundos de investimento com elevada maturidade e elevada exposição em acções – horizonte temporal de investimento elevado.

Análise Financeira

A análise que respeita ao volume de produção do Grupo e do mercado segurador, inclui contratos de investimento que, de acordo com as normas IFRS, não são contabilizados como prémios de seguros, nomeadamente produtos *Unit-Linked* (UL).

Em 2010, a Millenniumbcp Ageas, apresentou face ao ano anterior um decréscimo de 17,9% no volume de prémios de seguro directo, penalizada pela prestação

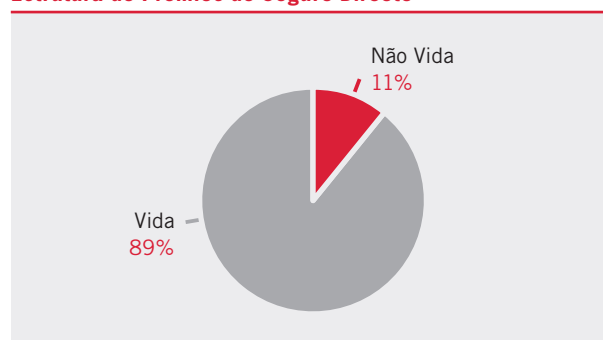
do segmento Vida (-20,3%), já que o segmento Não Vida, contrariamente ao comportamento do mercado, manteve um crescimento significativo, de 6,8%. Com um volume de prémios de seguro directo de 1.946 milhões de euros e uma quota de mercado global de 11,9%, a Millenniumbcp Ageas posicionou-se, no mercado nacional, como o terceiro maior grupo segurador.

No segmento Vida, o volume de prémios de seguro directo situou-se nos 1.724 milhões de euros. A estratégia comercial relativa aos produtos PPR, bem como aos produtos de Capitalização não ligados a fundos de investimento, ajustada ao nível de exigência e das necessidades dos aforradores, que em períodos de menor liquidez na economia são mais propensos a optar por produtos de menor risco, foi prudentemente condicionada por um maior controlo do crescimento, de modo a assegurar um nível adequado de exposição ao risco. No segmento Não Vida, é de destacar um acréscimo nos prémios de seguro directo de 6,8%, facto tanto mais assinalável dado o baixo crescimento do mercado neste segmento, penalizado, mais uma vez, pela fraca performance da nossa economia (crescimento nominal de 0,9%) e por uma intensa concorrência entre operadores.

No que respeita ao negócio dos Fundos de Pensões registou-se em 2010 um decréscimo de 5,1% face a 2009, tendo-se atingido o volume total de activos geridos de 6.718 milhões de euros; no entanto, o decréscimo de 10,4% verificado no conjunto da actividade do sector permitiu que a Pensões gere reforçasse a sua quota de mercado para 34,2% que traduz um acréscimo de mais 1,7% face a 2009.

Relatório do Conselho de Administração

Estrutura de Prémios de Seguro Directo



RAMO VIDA

Prémios de Seguro Directo

O ramo Vida atingiu um montante de prémios de seguro directo de 1.724 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 20,3% face a igual período de 2009, essencialmente devido ao menor contributo dos produtos Unit-Linked (586 milhões de euros) bem como dos produtos de Poupança (433 milhões de euros), com um decréscimo anual de 40% e 6,5%, respectivamente. Destaca-se, no entanto, a liderança da Millenniumbcp Ageas no mercado nos produtos de Risco e Rendas bem como a manutenção da 2ª posição no ranking do ramo Vida.

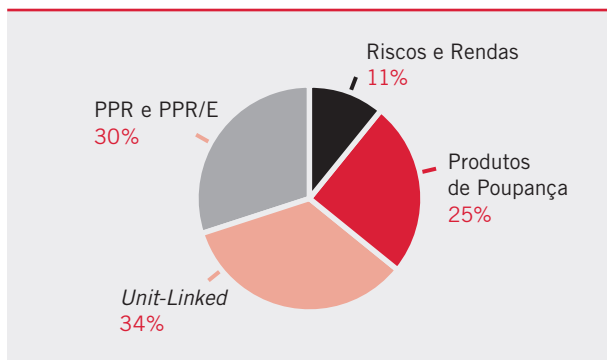
Evolução dos Prémios de Seguro Directo Vida (MILHARES DE EUROS)

RAMOS	2010	2009	2008	VAR.10/09	VAR.09/08
Produtos de Poupança	432.504	462.816	283.580	-6,5%	63,2%
Unit-Linked	585.708	975.856	1.235.053	-40,0%	-21,0%
PPR e PPR/E	519.544	537.350	509.331	-3,3%	5,5%
Riscos e Vendas	185.744	186.741	210.231	-0,5%	-11,2%
Total	1.723.501	2.162.762	2.238.194	-20,3%	-3,4%

Relatório do Conselho de Administração

Não obstante a quebra do volume de prémios atrás referida, é de assinalar o bom desempenho evidenciado pelos produtos PPR que superaram, pelo 3º ano consecutivo, os 500 milhões de euros, tendo este ano atingido 520 milhões euros, consequência do esforço comercial efectuado desde o início de 2010 e da capacidade de lançamento, ao longo do ano, de produtos atractivos, adaptados aos diversos segmentos de mercado. O resultado alcançado vem confirmar que é possível esbater a natural sazonalidade histórica deste tipo de produtos, induzida pelas deduções fiscais que lhe estão associadas, e conseguir obter, mesmo assim, um elevado do

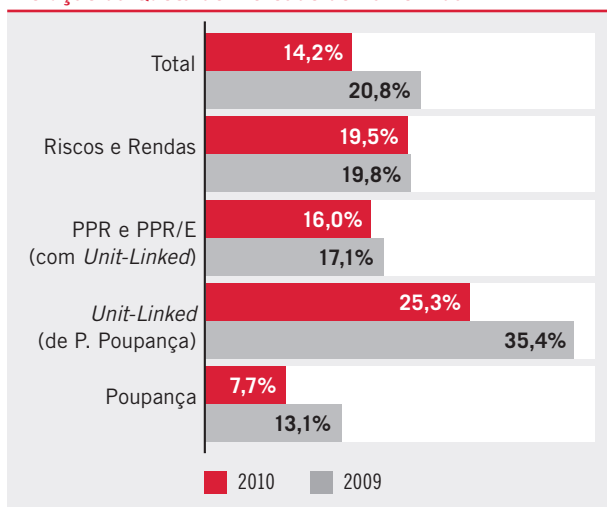
Estrutura da Carteira de Prémios do Ramo Vida



volume de prémios. Os produtos de Capitalização não ligados a fundos de investimento apresentaram um ligeiro abrandamento face ao ano anterior (em 2009 tinham registado um crescimento muito significativo de 63,2%) tendo atingido 433 milhões de euros em 2010. Para tal, contribuiu a venda de novos produtos, como foi o caso do produto “Puro Capital” e de produtos já existentes como o “Poupança 112”, ambos fortemente impulsionados pelas dinâmicas campanhas comerciais desenvolvidas pelo Millennium bcp.

Em 2010, a Millenniumbcp Ageas manteve-se como o segundo maior grupo segurador em termos de prémios do ramo Vida, com uma quota de mercado de 14,2% o que representa uma quebra de 6,7 pontos percentuais face a igual período do ano anterior.

Evolução da Quota de Mercado do Ramo Vida



Análise Técnica

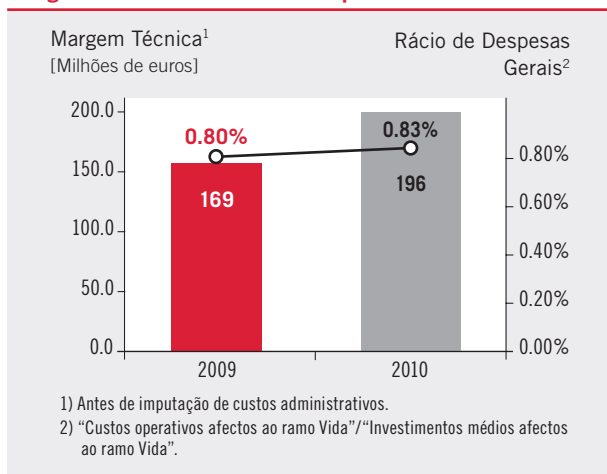
A margem técnica do ramo Vida, antes de imputação de custos administrativos, situou-se, em 2010, nos 196 milhões de euros, representando um crescimento de 16% face ao período homólogo de 2009.

A obtenção de um rácio de despesas de 0,83%, aliado a um crescimento significativo da margem técnica, revelam a gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos da conjuntura macro-económica.

O maior contributo relativo para o resultado da Companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco, cuja rentabilidade se baseia em políticas e práticas de subscrição rigorosas e numa superior capacidade de controlo de custos, representando esta linha de negócios no final de 2010 cerca de 52% do total da margem técnica de Vida.

Apesar da conjuntura económica, é ainda de destacar o contributo fortemente positivo para a margem registado pelos produtos *Unit-Linked* e de Capitalização, devido essencialmente ao acréscimo das provisões matemáticas.

Margem Técnica vs Rácio de Despesas Gerais



FUNDOS DE PENSÕES

Relatório do Conselho de Administração

Evolução do Mercado

No ano de 2010 o mercado de fundos de pensões ficou marcado pelo retomar da volatilidade dos mercados financeiros e por uma grande diferenciação de performances, a qual foi mais baseada nas origens geográficas dos títulos do que nas diferenças entre classes de activos, destacando-se a grande instabilidade nos mercados financeiros de dívida soberana, com particular incidência para os países da Europa Mediterrânea. Os fundos de pensões, na sua generalidade, apresentaram performances positivas mas com um valor médio pouco expressivo e insuficiente para fazer face às responsabilidades imediatas com o pagamento de pensões.

O valor global dos activos no mercado passou para 19.642 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 10,4% face ao final de 2009. Este considerável decréscimo dos activos sob gestão ficou fortemente influenciado pela transferência para a Segurança Social dos fundos da Portugal Telecom e da Rádio Marconi. No entanto, caso não se considerasse o efeito destas transferências, o valor global dos fundos de pensões apresentaria ainda uma redução de 2%.

Em termos de legislação de enquadramento dos fundos de pensões não se registaram alterações com impacto significativo na actividade, tendo-se praticamente concluído o processo de regulamentação da actual legislação enquadrada pelo Decreto-Lei 12/2006, salientando-se a publicação da seguinte regulamentação:

Norma Regulamentar 7/2010-R, de 4 de Junho, dedicada ao relato financeiro dos fundos de pensões, que vem estabelecer um regime global e normalizado sobre o conteúdo das demonstrações financeiras dos Relatórios e Contas de cada fundo de pensões de forma a assegurar a divulgação pública de informação considerada relevante e que ao nível do regime contabilístico adopta os princípios gerais estabelecidos nos “International Accounting Standards” – IAS.

Norma Regulamentar 12/2010, de 22 de Julho, dedicada ao financiamento dos planos de benefícios de saúde através dos fundos de pensões, na qual se desenvolve um conjunto de princípios e de regras que possibilitam a operacionalização do financiamento dos planos de benefícios de saúde através dos fundos de pensões. Esta é uma das últimas matérias que, na sequência da publicação do Decreto-Lei 12/2006, faltava regulamentar mas que não teve qualquer aplicabilidade durante o ano de 2010.

No âmbito da Norma Regulamentar 8/2009-R sobre a gestão de risco e controlo interno foi preparado pelo Grupo de Trabalho, constituído pelo ISP e pelos representantes do mercado e dos Auditores, e enviado para discussão pública, o documento que apresenta as orientações técnicas para a implementação da Norma, as quais são apresentadas numa lógica de “comply or explain”.

Como facto relevante no mercado dos fundos de pensões salienta-se a conclusão do processo negocial que conduziu a integração dos bancários no Regime Geral da Segurança Social e à extinção da Caixa de Abono de Família dos Empregados bancários, a qual culminou com a publicação já em 2011 do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 Janeiro.

Com este novo regime continua-se a aplicar o regime substitutivo de protecção social previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva aplicável no sector,

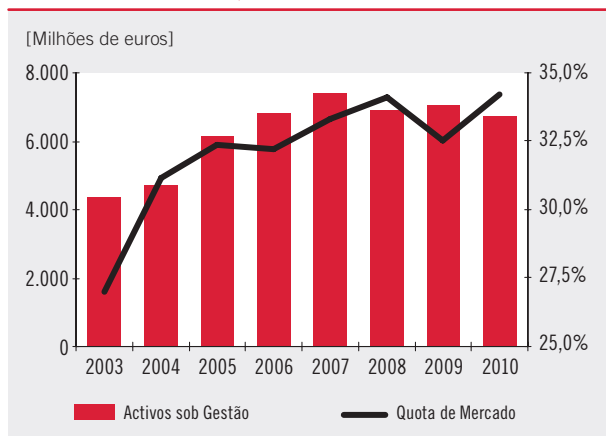
Relatório do Conselho de Administração

mas ao valor da pensões de reforma por velhice previsto por este regime abater-se-á o valor da pensão de reforma paga pelo regime de segurança social para o tempo de descontos que decorrer a partir de 1 de Janeiro de 2011. Este regime de reformas para o sector bancário terá como consequência acelerar o processo de redução do valor dos activos sob gestão dos fundos de pensões do sector bancário, os quais representam no seu conjunto cerca de 80% do mercado dos fundos de pensões em Portugal.

A crise económica originada pelo elevado défice público e pelos elevados valores da dívida pública e privada, tiveram como consequência a aplicação de medidas restritivas com sucessivos PEC – (Planos de Estabilidade e Crescimento) e que culminaram, no OE para 2011, com reduções dos salários dos funcionários públicos e dos benefícios fiscais, designadamente os aplicáveis às contribuições individuais para Fundos de Pensões e PPR.

Após algumas alterações que adiaram parte das medidas de maior impacto para 2014, foi finalmente publicado o novo Código Contributivo para Segurança Social que, ao alargar a base de incidência de contribuições para a segurança social à generalidade das formas de remunerações, pode constituir um estímulo indirecto para reforçar a procura de fundos de pensões.

Fundos de Pensões e Quota de Mercado



Com vista a reforçar a visibilidade e notoriedade dos fundos de pensões, num mercado em que é difícil esperar incentivos fiscais ou medidas equivalentes de estímulo, foram desencadeadas pela APFIPP – Associação Portuguesa dos Fundos de Investimento Pensões e Patrimónios, duas iniciativas que visam a promoção da poupança: o Barómetro da Poupança que se encontra em fase de desenvolvimento conjunto com a Universidade Católica e o CERR – Certificado de Responsabilidade para a Reforma, que é uma iniciativa valorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal e que visa distinguir as boas práticas na definição de planos de pensões de contribuição definida promovidos por empresas.

Actividade da Pensõesgere

A Millenniumbcp Ageas opera no mercado de fundos de pensões através da sociedade gestora Pensõesgere, baseando a sua actividade na qualidade da informação prestada, no acompanhamento permanente e na resposta atempada às solicitações dos seus Clientes, tendo, em 2010, reforçado a sua posição de liderança no mercado.

No final de 2010 a Pensõesgere tinha 6.718 milhões de euros de activos sob gestão, que representavam um decréscimo de 5,1% face a 2009, em resultado da conjugação do valor reduzido das performances e do elevado nível de maturidade dos fundos de pensões que gere. No entanto, o decréscimo de 10,4% verificado no conjunto da actividade do sector permitiu que a Pensõesgere reforçasse a sua quota de mercado para 34,2%, o que traduz um acréscimo de mais 1,7% face a 2009.

No decorrer do exercício em análise, foram reforçadas várias iniciativas para o desenvolvimento das ferramentas informáticas específicas da Pensõesgere, com o objectivo de melhorar a produtividade e qualidade do trabalho, bem como para

permitir responder às crescentes obrigações de reporte e de informação a fornecer aos Participantes e Beneficiários dos fundos de pensões.

No âmbito da implementação da Norma 8/2009-R, foram desenvolvidos os trabalhos preparatórios contemplados na proposta de calendário apresentado ao Instituto de Seguros de Portugal em 2009, de forma a assegurar a produção atempada e consistente do primeiro relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno da Pensõesgera a enviar ao ISP no início de 2010.

Na sequência de um pedido de informação vinculativa solicitado à DGCI – Direcção Geral de Contribuições e Imposto, foi confirmado que as prestações de serviços pagas no âmbito dos vários contratos de mandato de gestão, que a Pensõesgera tem directamente ou através de alguns dos fundos de pensões sob sua gestão, está isenta do pagamento de IVA. Este facto para além de um contributo adicional, correspondente a recuperação de imposto pago, tem um forte impacto na estrutura de custos reduzindo substancialmente a rubrica dos impostos.

Numa filosofia integrada de aproveitamento das sinergias do Grupo, a Pensõesgera manteve o relacionamento com as redes bancárias de empresas do Millennium bcp – Corporate e Empresas – através de acções concertadas de promoção de negócios na área de “Employee Benefits”.

No final de 2010, o volume total de activos geridos, encontrava-se repartido por 28 fundos fechados, 4 fundos Abertos e 5 fundos abertos PPR.

O total dos activos sob gestão relativos aos 28 fundos fechados totalizou 6.570,4 milhões de euros, a que correspondeu um decréscimo de 390,5 milhões de euros face a 2009.

Já quanto aos fundos abertos verificou-se um aumento de 19,8 milhões de euros no volume de activos sob gestão, que atingiram um total de 102,3 milhões de euros.

A Pensõesgera mantém a oferta dos fundos abertos com perfis de riscos diferenciados, permitindo aos Associados e aos seus Participantes a escolha adequada ao financiamento dos seus planos de pensões, em função do prazo das responsabilidades.

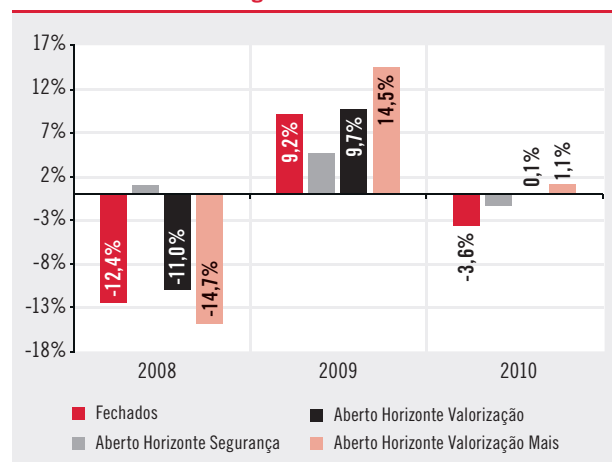
Depois de um ano (2009) caracterizado por uma recuperação nas performances dos fundos de pensões, 2010 foi marcado pela forte volatilidade dos mercados, que penalizaram especialmente os fundos de pensões com perfis de investimento mais defensivos geridos pela Pensõesgera, mais expostos à classe de activos de taxa fixa.

Contudo e tendo em conta quer as características quer as maturidades curtas das obrigações de taxa variável que fazem parte das carteiras daqueles fundos é de esperar que, inversamente ao que aconteceu em 2010, aquela classe de activos tenha um contributo proporcionalmente mais positiva para 2011.

No que diz respeito aos fundos PPR, o valor sob gestão no final de 2010 atingiu 44,9 milhões de euros, valor inferior em 4,3 milhões de euros ao de 2009. Esta evolução é consequência directa da opção de se comercializar PPR/Seguros de Vida em detrimento dos PPR/

Relatório do Conselho de Administração

Taxas de Rendibilidade Anuais dos Fundos de Pensões da Pensõesgera



Relatório do Conselho de Administração

Fundos de Pensões da Pensões gere nas redes de distribuição de retalho e de uma parte significativa dos seus Clientes já reunirem as condições para o reembolso.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços no valor de 11,3 milhões de euros registaram uma redução de 3,5% face a 2009, em resultado da redução dos activos sob gestão.

Os custos totais no valor de 4,8 milhões de euros apresentam uma redução de 25% em relação a 2009, o que permitiu que os resultados operacionais tenham aumentado 14,1% face ao orçamento e 6,2% face a 2009.

Os resultados líquidos do exercício situaram-se em 4,8 milhões de euros, valor que se encontra em linha com o registado em 2009.

A rentabilidade média dos capitais próprios continuou a apresentar um valor interessante, com um nível médio de 24,6%.

Os capitais próprios totalizaram, em 31 de Dezembro de 2010, 21,8 milhões de euros e a margem de solvência evidencia um nível de cobertura de 200%.

RAMOS NÃO VIDA

Prémios de Seguro Directo

Em 2010, a Millenniumbcp Ageas atingiu em Não Vida um volume de prémios de seguro directo de 222 milhões de euros, registando um acréscimo de 6,8% face ao ano anterior, facto tanto mais assinalável dada a estagnação registada no mercado segurador (0,9% de crescimento), condicionado, mais uma vez, pela fraca prestação da nossa economia e por uma intensa concorrência entre operadores.

Evolução dos Prémios de Seguro Directo Não Vida [MILHARES DE EUROS]

RAMOS	2010	2009	2008	VAR.10/09	VAR.09/08
Automóvel	22.552	23.353	19.698	-3,4%	18,6%
Acidentes de Trabalho	6.088	6.605	5.183	-7,8%	27,4%
Incêndio e outros danos	39.878	38.173	35.247	4,5%	8,3%
Saúde	132.714	120.843	110.129	9,8%	9,7%
Acidentes Pessoais	13.476	12.858	12.811	4,8%	0,4%
Outros Ramos	7.315	5.968	5.033	22,6%	18,6%
Total	222.023	207.800	188.101	6,8%	10,5%

A Millenniumbcp Ageas apresentou, em 2010, um crescimento acima do mercado nacional nos principais ramos de Não Vida, sendo de realçar, mais uma vez, o ramo de Saúde, com uma receita de 133 milhões de euros, o que representa um aumento de 10% face ao ano anterior (o mercado cresceu em Saúde 7%), permitindo assim um ligeiro reforço da sua quota de mercado neste ramo para 24,9% (em Dezembro 2009 era de 24,2%) e a manutenção do segundo lugar no ranking das seguradoras a operar no mercado nacional. Este crescimento acima da média é fruto da inovação da oferta, da diversificação de canais de distribuição, da abordagem criteriosa dos diversos segmentos e de um investimento consistente na promoção da marca Médis, líder incontestada em notoriedade no seu segmento desde a sua constituição em 1996.

O canal de negócio direccionado ao segmento de pequenas e médias empresas, assente numa rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, tem vindo a aumentar a sua contribuição para o aumento do volume de prémios Não Vida, nomeadamente no ramo de Saúde. Para os restantes ramos, foi iniciada este ano uma nova abordagem a este segmento de Clientes junto do Banco Millennium bcp, revelando-se desde já um forte potencial de desenvolvimento.

Apesar da modesta posição que ocupa no mercado segurador nacional de Não Vida, a Millenniumbcp Ageas tem vindo a reforçar de forma consistente a sua quota de mercado, que passou de 5,0% no fim de 2009 para 5,3% no final de Dezembro de 2010.

Análise Técnica

A margem técnica dos ramos Não Vida antes da imputação de custos administrativos foi de 61,0 milhões de euros apresentando um ligeiro decréscimo de 2% face ao período homólogo de 2009.

Não obstante o aumento da receita processada, o aumento dos rendimentos das reservas técnicas e a diminuição verificada no custo com resseguro a rentabilidade técnica (medida em função dos prémios brutos emitidos) diminuiu de 29,3% em 2009 para 26,5% em 2010. Este decréscimo deveu-se maioritariamente ao aumento das taxas de sinistralidade, em parte condicionadas pelas várias catástrofes naturais (como as cheias na Madeira ou o tornado em Tomar) que afectaram o País durante o ano de 2010.

De facto, as taxas de sinistralidade de Não Vida, antes da imputação de custos administrativos, situam-se na ordem dos 61,2%, apresentando subidas face aos valores registados em 2009 (56,6%). No entanto, continuam a revelar valores sem paralelo no mercado português que apresenta taxas de sinistralidade significativamente mais elevadas em praticamente todos os ramos.

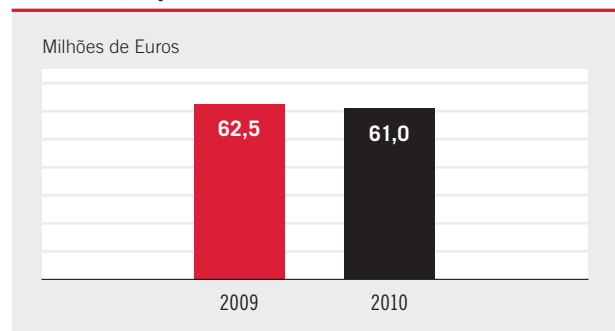
O rácio combinado de Não Vida, fixou-se em 91,4% o que representa um acréscimo de 7 pontos percentuais face ao ano de 2009. Não obstante o esforço efectuado na contenção dos custos de exploração e o rigor nas políticas de subscrição e aceitação de riscos, os mesmos não foram no entanto suficientes, para compensar o aumento das taxas de sinistralidade.

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

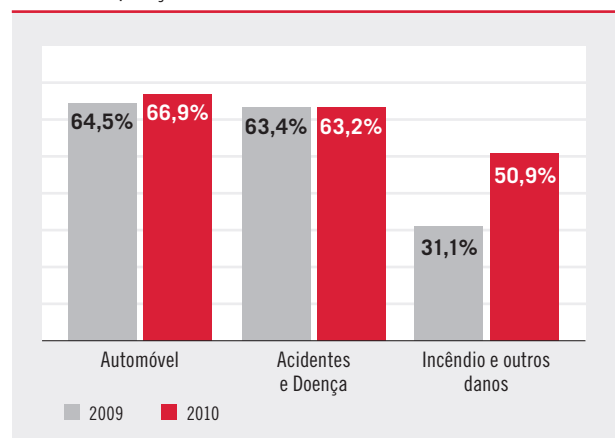
Os custos administrativos registam um acréscimo de 6,0%, fixando-se nos 96,7 milhões de euros.

Relatório do Conselho de Administração

Margem Técnica Não Vida (antes da imputação de custos administrativos)



Taxas de Sinistralidade Não Vida (antes da imputação de custos administrativos)



Relatório do Conselho de Administração

Evolução dos Custos Administrativos (excluindo amortizações do exercício) (MILHARES DE EUROS)

	2010	2009	VAR. 10/09	ESTRUTURA 2010	ESTRUTURA 2009
Despesas com Pessoal	28.259	25.657	10,1%	29,1%	28,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	36.675	34.341	6,8%	37,8%	37,5%
Impostos e Taxas	1.037	2.565	-59,6%	1,1%	2,8%
Outros	30.994	28.904	7,2%	32,0%	31,6%
Total	96.965	91.468	6,0%	100,0%	100,0%

O aumento de cerca de 7% na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos deve-se, essencialmente, ao custo com investimento em IT decorrente da implementação de novos projectos.

O decréscimo na rubrica de Impostos e Taxas deve-se não só à diminuição da receita relativa ao ramo Vida mas, sobretudo, a uma correcção do IVA devido à isenção atribuída à gestão de fundos da Pensões Gere.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2010, o resultado líquido consolidado do exercício, antes VOBA (“value of business acquired”), foi de 141,9 milhões de euros, o que compara muito favoravelmente com o resultado líquido de 127,4 milhões de euros obtido no exercício de 2009. O resultado líquido consolidado, após VOBA, cifrou-se em 114,1 milhões de euros.

A excelente performance técnica do negócio no exercício em análise, a adopção de uma política prudente ao nível da gestão de investimentos, a diversificação da oferta de produtos e o controlo rigoroso dos custos operativos permitiu atingir o melhor Resultado Líquido de sempre da Millenniumbcp Ageas.

MARGEM DE SOLVÊNCIA

Em 31 de Dezembro de 2010 a estrutura de capitais próprios do grupo Millenniumbcp Ageas apresenta, em termos consolidados, um rácio de solvência de 183,3%. Em 31 de Dezembro de 2009, o rácio obtido foi de 241,5%, o que constitui um decréscimo de 58 pontos percentuais face ao ano anterior devido, essencialmente, ao aumento de volatilidade da carteira de activos que implicou um reforço substancial da reserva de reavaliação.

O rácio de solvabilidade apresentado foi calculado de acordo com os critérios definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal e reflecte uma estrutura de capitais sólida e adequada às responsabilidades assumidas.

Margem de Solvência [MILHARES DE EUROS]

	MARGEM	CAPITAIS	EXCESSO	RÁCIO
Ocidental Seguros	17.771	43.931	26.159	247%
Ocidental Vida	307.302	496.928	189.626	162%
Médis	22.957	32.417	9.460	141%
Pensõesgere	7.393	14.796	7.404	200%
Millenniumbcp Ageas (consolidado)	355.422	651.460	296.038	183%

**Relatório
do Conselho
de Administração**

Embedded Value

O *embedded value* fornece uma estimativa do valor dos accionistas numa operação do ramo vida, excluindo o valor que poderá vir a ser adicionado pela produção nova futura. O *embedded value* é igual à soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os resultados apresentados foram preparados pela Direcção de Actuariado e revistos por actuários consultores da KPMG.

O valor da carteira em vigor é dado pelo valor actual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção duma margem de solvência igual a 200% da margem mínima exigida pela regulamentação em vigor. O custo da margem de solvência (custo de capital) reflecte os custos de investimento e os impostos sobre os rendimentos dos capitais afectos à margem de solvência, mas não inclui o custo de oportunidade como nos modelos tradicionais que origina maiores custos de capital.

Na determinação dos valores apresentados, foram não só aplicados os princípios estabelecidos ao nível do Grupo Ageas, mas também os *European Embedded Value Principles (EEV)*, ou seja, os cálculos contemplam o custo associado às opções e garantias (CFOG) e aos riscos não financeiros (CNFR) existentes ao nível da carteira em vigor.

No quadro seguinte apresentam-se o *embedded value* e o valor adicionado pela produção nova do segmento Vida da Millenniumbcp Ageas.

[MILHARES DE EUROS]

	2010	2009
<i>Embedded value (EV) em 1 de Janeiro (avaliação anterior)</i>	1.133.837	995.414
Reajustamento ao EV de abertura	9.747	(3.109)
Alteração de pressupostos não económicos	57.334	1.991
Alteração de pressupostos económicos	(109.863)	4.128
Performance da carteira em vigor	96.010	47.498
Valor adicionado pela produção nova	17.126	47.020
Impacto da variação no ano	(167.520)	40.895
EV em 31 de Dezembro, antes da distribuição de dividendos	1.036.671	1.133.837
Dividendos distribuídos aos accionistas	-	-
EV em 31 de Dezembro, após distribuição de dividendos	1.036.671	1.133.837

Os reajustamentos ao *embedded value* de abertura em 2010 reflectem apenas alterações ao nível dos pressupostos económicos conforme decidido pelo Grupo Ageas, cujo impacto não é materialmente relevante. Os reajustamentos em 2009 dizem

Relatório do Conselho de Administração

respeito a alterações ao nível dos pressupostos de inflação conforme sugerido e acordado com o revisor.

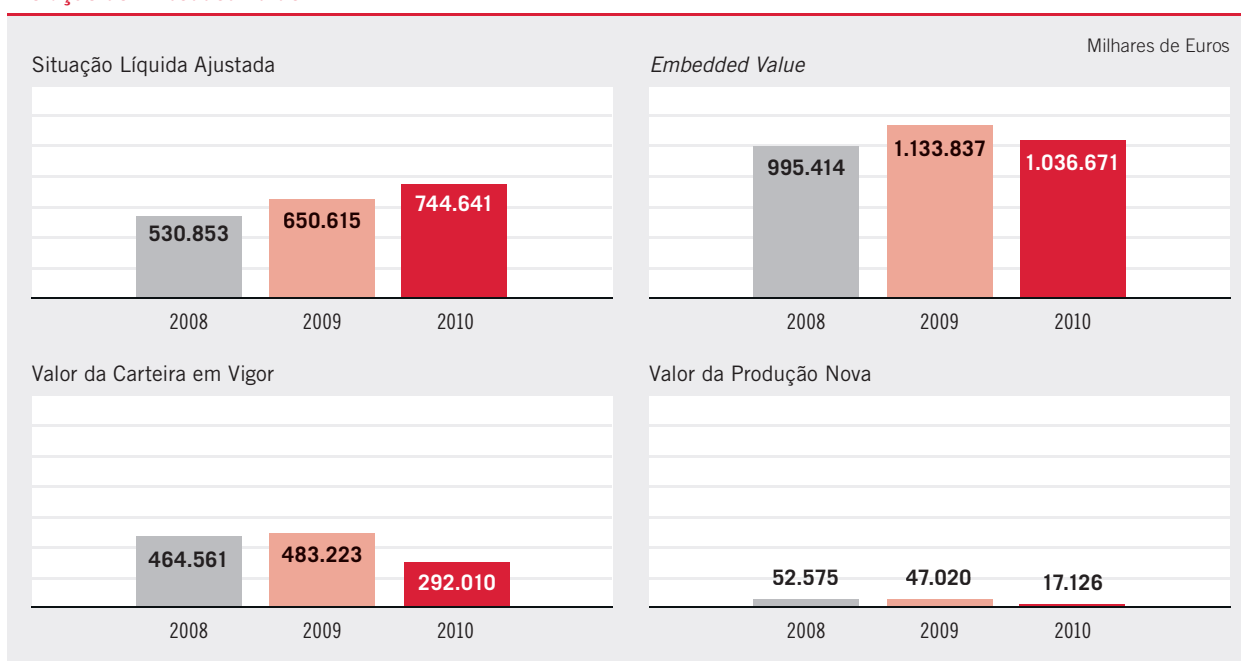
O forte impacto negativo observado ao nível da alteração dos pressupostos económicos deve-se não só à diminuição das taxas de juro sem risco, mas acima de tudo ao alargamento dos *spreads*, durante ano corrente, da dívida pública e das obrigações em geral.

No que diz respeito aos pressupostos não-económicos, o forte impacto positivo resulta da combinação dos seguintes factores: i) menores taxas de anulação, em particular nos seguros temporários associados ao crédito à habitação, ii) utilização do *asset mix* real à data do cálculo em vez da estratégia de longo prazo definida em 2007, devido às restrições existentes em termos de aumento da exposição em activos de maior risco (acções e imobiliário), iii) alteração da taxa de IRC e iv) aumento do capital requerido de 150% para 200% dos requisitos de margem de solvência mínimos. Os impactos positivos provenientes da mortalidade real da carteira foram praticamente anulados pela alteração verificada ao nível dos custos unitários e da taxa de inflação.

Mais uma vez, a envolvente económica fortemente negativa ao nível do mercado obrigacionista explica a enorme variação negativa observada em 2010, ou seja, o enorme volume de menos valias potenciais negativas geradas pela carteira obrigacionista existente nos fundos autónomos. Por outro lado, a variação económica positiva em 2009 resulta essencialmente da combinação de dois factores: mais valias potenciais adicionais originadas pela alteração de “*spreads*” e da curva de taxas de juros e não ocorrência do reajustamento do “*asset mix*” assumido pelo modelo de cálculo.

A margem da produção nova diminui substancialmente de 19,7% para 9,3% dos prémios anuais equivalentes (definidos como prémios das apólices regulares acrescidos de 10% dos prémios únicos), fruto da redução de prémios em “Vida Risco” e “unit linked” e da má performance, em termos de valor adicionado, dos produtos financeiros com garantias.

Evolução do *Embedded Value*



PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ECONÓMICOS

	2010		2009	
<i>Yield curve</i>	AA Euro swap + 0,20%*		AA Euro swap + 0,20%*	
	1 ano	1,70%	1 ano	1,51%
	5 anos	2,78%	5 anos	3,01%
	10 anos	3,60%	10 anos	3,78%
	20 anos	3,97%	20 anos	4,26%
Volatilidade	Curto prazo	0,03%	Curto prazo	0,9%
	Acções	17,8%	Acções	26,3%
	Imobiliário	1,6%	Imobiliário	1,4%
Taxa de inflação	1,95%**		2,45%**	
Taxa de imposto	29,0%		26,5%	

Relatório
do Conselho
de Administração

* Estes ajustamentos de 20bp à curva *swap* foram decididos e justificados pela Ageas,

** A taxa de inflação baseia-se numa curva *swap* específica, acrescida dum ajustamento tipo “spread”; é indicada a taxa de inflação para o 5.º ano.

Os pressupostos assumidos para a mortalidade, resgates, anulações e suspensões de prémios resultam dos estudos efectuados pela Millenniumbcp Fortis tendo por base os dados reais da sua carteira de apólices, As despesas de gestão atribuíveis à função vida, baseadas na experiência recente, foram divididas entre aquisição (produção nova) e manutenção (carteira em vigor), As despesas consideradas como extraordinárias e, portanto, excepcionais, foram identificadas uma a uma, não tendo sido incluídas no cálculo dos custos unitários,

Assumiu-se que os métodos e bases utilizadas no cálculo das reservas matemáticas, da participação nos resultados e de outros benefícios previstos nas apólices permanecerão inalterados, assumiu-se ainda que a actual legislação e taxa de imposto permanecerão inalteradas.

Revisão Actuarial de Não Vida

O nível de provisionamento de todos os ramos Não vida é verificado através de avaliações actuariais periódicas. O valor das provisões para sinistros foi estimado com base no histórico de pagamentos e do número de sinistros, usando metodologias actuariais internacionalmente aceites.

Para além das avaliações actuariais desenvolvidas internamente é regularmente efectuada uma Certificação Actuarial por uma Entidade Independente usando para as suas estimativas os mesmos dados que a Direcção de Actuariado. Os valores estimados nesta certificação externa para além de serem calculados não descontando os pagamentos futuros incluem a inflação esperada representando por isso uma estimativa muito prudente.

Relatório do Conselho de Administração

¹ As provisões para encargos futuros de gestão, provisões para indemnizações a pagar e as provisões para sinistros do ramo de Saúde PPP não estão no âmbito da Certificação.

Como se pode observar do quadro abaixo apresentado, as avaliações concluem pela suficiência global das provisões para sinistros.

Resultado das Avaliações Actuarias versus Provisões para Sinistros de Balanço	31-12-2010	31-12-2009
Total Provisões de Balanço	89.907	85.254
Provisões para Sinistros objecto de Certificação Interna ⁽¹⁾	80.233	75.194
Estimativa das provisões para sinistros “Best Estimate”	68.138	63.741
Estimativa das provisões para sinistros “Percentil 90%”	82.874	77.849

Solvência II

Com a publicação da Directiva 2009/138/CE emitida pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho a 25 de Novembro de 2009, foram estabelecidas as bases do regime de Solvência II, que representa uma mudança significativa no quadro regulamentar da Indústria Seguradora e Resseguradora. Essa mudança reflectir-se-á, principalmente, ao nível da governação, dos requisitos financeiros e da prestação de informação, com consequências bastante significativas para a gestão e planeamento do negócio das Companhias de Seguros. A nova directiva produzirá não só alterações ao nível das necessidades de capital, irá trazer inevitavelmente uma alteração na cultura de risco existente e consequentemente nas decisões estratégicas das companhias.

A ambição da Millenniumbcp Ageas é a de implementar um programa completo de Solvência II em conformidade com os requisitos da Directiva, e simultaneamente, alinhar a estratégia da organização, os processos de negócio, a tecnologia e o conhecimento dos Colaboradores, com vista a uma Gestão de Risco sã e prudente, constituindo a implementação desta norma uma iniciativa estratégica da Companhia.

Neste sentido, a Millenniumbcp Ageas tem vindo a desenvolver, desde 2009, um Programa de Solvência II suportado num plano de implementação que se estende até 2012, no sentido de assegurar uma transição fiável, segura e atempada para o novo regime. Este plano encontra-se alinhado com Grupo Ageas, estando estruturado em seis blocos de trabalho, integrados, com o objectivo de responder aos requisitos da Directiva, e embeber de forma pró-activa a Gestão de Risco nos processos da organização.

1	Modelação	2	Governação	3	Reporte Financeiro
4	Sistemas e IT	5	Regulação e Comunicação Externa	6	Gestão da Mudança e Comunicação Interna

1) MODELAÇÃO

O bloco de trabalho de Modelação tem como objectivo o desenvolvimento de modelos internos parciais ou totais, assim como a adequação dos cálculos dos requisitos de capital de Solvência II, para cada uma das companhias.

2) GOVERNAÇÃO

O bloco de trabalho de Governação consiste na adequação do Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno da Companhia à Directiva de Solvência II, assim como o desenvolvimento do modelo de avaliação de riscos internos da Companhia (*Own Risk and Solvency Assessment*).

3) REPORTE FINANCEIRO

O bloco de trabalho de Reporte Financeiro inclui o desenho, construção e reporte de relatórios externos e de divulgações diversas, exigidas pela Directiva Solvência II. Inclui, igualmente, a vertente de classificação dos fundos próprios das companhias.

4) SISTEMAS E IT

No bloco de Sistemas e IT pretende-se estabelecer a arquitectura de sistemas e infra-estrutura de IT, bem como, os processos e procedimentos para a gestão e qualidade dos dados que visam suportar os requisitos de Solvência II.

5) REGULAÇÃO E COMUNICAÇÃO EXTERNA

A vertente de Regulamentação e Comunicação Externa consiste no desenvolvimento das actividades de comunicação com os diferentes *stakeholders* (Reguladores, Agências de Notação, Accionistas, Tomadores de Seguros e Mercado) de uma forma estruturada e consistente.

6) GESTÃO DA MUDANÇA E COMUNICAÇÃO INTERNA

A vertente de Gestão da Mudança e Comunicação Interna consiste no desenvolvimento das actividades de comunicação e formação necessárias à implementação da Directiva de Solvência II, assim como, à adequação dos processos de negócio e implementação de uma cultura de gestão de risco, em linha com as melhores práticas internacionais.

O Programa de Solvência II é uma importante iniciativa europeia que deverá conduzir a mudanças significativas nos requisitos de solvência das seguradoras europeias nos próximos anos, pelo que a Millenniumbcp Ageas, em alinhamento com o Grupo Ageas, tem participado activamente nas consultas públicas e nos fóruns que visam analisar as propostas apresentadas pelos organismos europeus, com o objectivo de desenvolver as iniciativas adequadas que assegurem uma correcta transição para o novo regime.

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Gestão de Risco

Como instituição de seguros, consideramos que uma gestão de riscos saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear na Millenniumbcp Ageas. Como parte da sua governação societária, a Millenniumbcp Ageas adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Ageas. O seu principal objectivo é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos, que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, de modo a preservar a confiança dos Clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de notação, e de outros interessados. A estrutura de gestão de riscos abrange todos os níveis da Millenniumbcp Ageas.

A organização de gestão de risco está definida de modo a permitir-nos prosseguir a nossa estratégia de risco e assegurar:

- › Clara responsabilidade e responsabilização;
- › Independência da função de gestão de riscos;
- › Transparência e coerência na tomada de decisão relacionada com o risco na Millenniumbcp Ageas, cobrindo todos os aspectos da taxonomia de risco.

A nossa organização do risco é composta por vários comités, que têm como objectivo monitorizar, propor acções e fazer cumprir a implementação das políticas definidas.



A estrutura e as políticas de governação são revistas regularmente para reflectir a mudança do ambiente comercial e regulamentar, assim como a da nossa própria estrutura organizacional.

Os principais riscos inerentes na Millenniumbcp Ageas podem ser divididos nas seguintes categorias:

RISCO ESTRATÉGICO

Os riscos estratégicos abrangem todos os factores externos ou internos que possam afectar a capacidade da Millenniumbcp Ageas para cumprir o seu plano de negócios, assim como de alcançar um crescimento e criação de valor constantes. Incluem-se alterações do ambiente externo, nomeadamente o regulamentar, o económico, de cenário competitivo ou da forma como as pessoas (Clientes ou Colaboradores) se comportam. Poderá, igualmente, ser o resultado de decisões de gestão incorrectas, ou devido a perdas reputacionais, ou de valor de franchising.

RISCO OPERACIONAL

Qualquer empresa, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional, consequência da incerteza inerente ao negócio e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio. A primeira, inclui o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos. Esta definição inclui os riscos legais e de conformidade, excluindo o risco estratégico e de reputação. A segunda, inclui o risco de perdas resultantes de alterações estruturais e/ou competitivas e, por essa razão, maioritariamente originado por factores externos.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Ageas, integrada no departamento de gestão de risco, continua a implementar as melhores práticas de gestão de risco operacional, mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Ageas.

RISCO DE INVESTIMENTO

O Risco de Investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

O Risco de Crédito corresponde ao risco financeiro que pode resultar do incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a companhia está exposta. No âmbito da Millenniumbcp Ageas este risco surge principalmente através dos nossos investimentos em obrigações, hipotecas comerciais e outros títulos.

Juntamente com a implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, regras e orientações para limites de risco de crédito, a Millenniumbcp Ageas monitoriza este risco usando o “Valor em Risco” (VaR), que calcula a perda estrutural potencial máxima para uma exposição total no prazo de vencimento. Em 2010, o VaR oscilou entre um máximo de 1,41% e um mínimo de 1,20% com uma média de 1,29%.

A Millenniumbcp Ageas está, igualmente, exposta ao risco de crédito, através da utilização de resseguros, para os quais são verificados se a sua colocação é efectuada em instituições de elevada qualidade creditícia.

O Risco de Mercado corresponde ao potencial de perdas resultantes de variações adversas do mercado, nomeadamente flutuações das taxas de juro, alterações do preço das acções, variação das taxas de câmbio e preços do imobiliário. A Millenniumbcp Ageas reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que um certo nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionista.

Juntamente com a definição e implementação de uma estratégia de alocação de activos, a Millenniumbcp Ageas monitoriza este risco com a ajuda de indicadores tais como “análises de sensibilidade do fluxo de caixa” (*cash flow gap analysis*), “duração do capital” (*duration of equity*), “ganhos em risco” (*earnings at risk*) e “Valor em Risco” (VaR), que calcula a perda potencial estrutural máxima para a Millenniumbcp

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Ageas com base no justo valor. Em 2010, o VaR variou entre um máximo de 10,0% e um mínimo de 6,8% com uma média de 7,9%.

O *Risco de Liquidez* é o risco resultante da Millenniumbcp Ageas, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorram, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos de financiamento e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são considerados no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional. O risco específico de seguros pode ser dividido em duas classes diferentes, uma associada ao ramo vida e outra aos ramos não vida. No ramo vida este risco está, principalmente, relacionado com alterações da mortalidade ou longevidade assim como, da morbilidade e invalidez. Nos ramos não vida, este risco está relacionada com o grau de variabilidade do custo com sinistros futuros e incerteza relativa a sinistros já existentes.

A análise da adequação das cargas e das provisões é feita regularmente, pelos actuários responsáveis, sendo nomeadamente, as provisões dos ramos Não Vida certificadas anualmente por uma entidade externa.

A Millenniumbcp Ageas gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição, de tarificação, de provisionamento e de resseguro.

Gestão de Investimentos

O ano de 2010 foi particularmente difícil para as carteiras que têm como investimento “core” emissões de dívida pública. Enquanto na primeira metade do ano assistimos à pressão sobre a dívida pública Grega, tendo como desfecho a ajuda do FMI/EU, a segunda metade foi claramente marcada pela extensão das dúvidas dos investidores aos restantes mercados periféricos, elevando o custo de financiamento destes países para níveis históricos.

O agudizar da crise financeira na Irlanda tornou este país mais vulnerável a ataques sobre a sua dívida pública e, apesar das suas necessidades de *funding* em 2010 estarem asseguradas, não conseguiu evitar uma incontrolável escalada nas *yields* da sua dívida, tendo de optar por recorrer igualmente ao FMI/EU, assegurando uma taxa de financiamento mais favorável.

2010 fechou com fortes dúvidas sobre a possibilidade de Portugal e Espanha suprirem as suas necessidades de *funding* apenas com recurso ao mercado, sendo esta última, pela sua dimensão, a que claramente mais preocupa os líderes europeus.

Relatório do Conselho de Administração

A impossibilidade da EU falar a uma só voz e os discursos por vezes antagónicos de vários líderes europeus em grande medida reféns dos calendários eleitorais de cada país, conjuntamente com o início de uma discussão europeia sobre participação dos investidores em futuras operações de ajuda a soberanias e bancos, colocou forte pressão sobre os mercados de dívida, mantendo virtualmente fechado o acesso ao *funding* por parte das instituições financeiras de países como Portugal, Irlanda e Grécia.

Durante praticamente todo o ano de 2010 o recurso ao BCE foi a única fonte de financiamento do sector financeiro destes países, com consequente impacto sobre as respectivas economias.

Assim, e para 2011, no sentido de promover o equilíbrio orçamental ao nível do défice e do *stock* de dívida, pairam sobre economias como a espanhola, portuguesa, grega e irlandesa, os custos de fortes programas de austeridade e a imprevisibilidade do seu impacto ao nível social e económico.

Ainda que de forma mais ténue, foram igualmente implementados cortes orçamentais em países *core* como a Alemanha e a França.

O ano de 2010 foi igualmente difícil para os mercados de acções, que apresentaram registos bem diferentes mesmo em índices da mesma zona geográfica, sendo o caso mais paradigmático ilustrado pela diferença de retorno entre o Stoxx 50 (-5,8%) e o Stoxx Geral (2,7%). Por outro lado o crescimento a duas velocidades na zona EURO fica claramente espelhado na valorização do DAX (+14,3%) e do IBEX (-18,8%).

ACTIVIDADE E POSICIONAMENTO

A Millenniumbcp Ageas manteve em 2010 a mesma estratégia do ano anterior ao nível da gestão de activos.

Manteve-se a abordagem conservadora nas tradicionais classes de risco, como seja a exposição ao mercado de acções, efectuada exclusivamente através de um posicionamento táctico e dinâmico, recorrendo a instrumentos de elevada liquidez e tendo como área de actuação o mercado Europeu.

Na componente de imobiliário, manteve-se inalterada a posição do ano anterior caracterizada pela maior exposição ao mercado nacional através do investimento indirecto. Esta postura tem permitido retirar grande parte da recente volatilidade desta classe de activos nomeadamente aquela observada nos mercados internacionais como seja o espanhol, inglês e norte-americano.

Os investimentos alternativos não sofreram alterações específicas numa classe igualmente marcada pela postura conservadora sendo a posição dominante um fundo de acções *long/short*.

Os Investimentos em obrigações, que representam hoje cerca de 90% da carteira e que, do ponto de vista de cobertura de responsabilidades, são a classe natural de investimento, incorporaram a nova perspectiva de risco/retorno que resultou do reposicionamento quer do risco das soberanias, resultante do descontrolo orçamental, quer da incerteza legislativa que assombra a sub-classe de dívida de Bancos e Empresas Financeiras.

Esta incerteza resulta em parte da onda legislativa sobre a temática da imposição de cláusula de “reestruturação automática” ao nível da dívida de entidades que neces-

Relatório do Conselho de Administração

sitem de apoio futuro, mas também a própria eficácia dos investimentos quando reclassificados nas normas de Solvência II.

O actual cenário da dívida pública Euro representa hoje não só um desafio mas também uma oportunidade. De facto, a vaga de alterações de *ratings* reduziu claramente a qualidade global do Índice de taxa fixa Europeu, com soberanias como a Grécia a saírem do espectro de *Investment grade* e outros como Portugal e Irlanda a aproximarem-se da zona de risco.

A disparidade de *yields* oferecidas no âmbito do índice Europeu deve agora ser claramente abordada de forma binária (i.e risco /retorno).

O reconhecimento que os desafios que se colocam aos países sob pressão orçamental têm géneses diferentes é também o reconhecimento que o resultado final será seguramente diferente. Liquidez e Solvência são temas diferentes que se fundem actualmente numa realidade idêntica.

Desta forma, e enquadrados no contexto económico Português, reconhecemos uma maior valia da dívida nacional face a geografias como a Irlanda e Grécia.

Foi efectivamente privilegiado o investimento em títulos de dívida nacional, essencialmente de dívida pública mas também de financeiras. Esta situação tem como contrapartida a menor ou inexistente exposição a países como a Grécia e Irlanda.

Por outro lado, reconhecendo os desafios e os riscos envolvidos na economia nacional e na capacidade de geração de crescimento suficiente para pagamento das suas responsabilidades a longo prazo, mitigamos parte do risco através de uma exposição maioritariamente de curto prazo gerando ainda assim uma taxa de investimento claramente interessante.

* Excluindo juros corridos

CARTEIRA DE INVESTIMENTO (MILHARES DE EUROS)	2010	%	2009	%
Activos financeiros disponíveis para venda*	5.837.317	100,0%	5.440.472	100,0%
Dívida pública	2.801.927	48,0%	2.593.033	47,7%
Obrigações	2.716.469	46,5%	2.525.976	46,4%
Acções	218	0,0%	235	0,0%
Fundos de investimento:	—	0,0%	—	0,0%
· Obrigações	89.730	1,5%	101.316	1,9%
· Acções	—	0,0%	—	0,0%
· Imobiliário	193.841	3,3%	189.312	3,4%
· Alternativos	35.133	0,6%	27.362	0,5%
Activos financeiros ao justo valor	5.856.920	100%	5.897.547	100%
Dívida pública	44.235	0,8%	42.190	0,7%
Obrigações	5.598.745	95,6%	5.759.195	97,7%
Acções	—	0,0%	—	0,0%
Fundos de investimento:	—	0,0%	—	0,0%
· Obrigações	99.740	1,7%	38.648	0,6%
· Acções	102.702	1,8%	41.160	0,7%
· Imobiliário	—	0,0%	—	0,0%
· Alternativos	11.497	0,2%	16.354	0,3%
Detidos para negociação	(14.589)		(392.525)	0,0%
· Derivados de negociação	198.936	0,0%	165.754	0,0%
· Repo	(213.575)	0,0%	(558.279)	0,0%
Total	11.679.648		10.945.494	
Investimento em imobiliário	5.589		5.833	
Depósitos junto de empresas cedentes	—		0	
Caixa e disponibilidades	301.041		779.588	
Total	12.141.257		11.970.154	

Os Colaboradores

A gestão dos Recursos Humanos na Millenniumbcp Ageas tem por base um modelo em que os principais agentes são as hierarquias, as quais são responsáveis por implementar no terreno as acções que permitam alcançar os objectivos definidos pela empresa nesta matéria. Neste modelo, a Direcção de Apoio Corporativo e o seu Núcleo de Recursos Humanos suportam a Comissão Executiva e as hierarquias na definição e implementação de acções e ferramentas que potenciem o desenvolvimento dos Colaboradores.

2010 foi um ano de consolidação das acções e ferramentas que foram implementadas nos últimos dois anos com o objectivo de potenciar o envolvimento dos Colaboradores e o desenvolvimento de competências e melhorar o seu grau de motivação e satisfação. Referimo-nos, nomeadamente, ao envolvimento dos Colaboradores no acompanhamento e análise dos indicadores do Balanced Scorecard, ao desenvolvimento de planos de acção para melhoria da motivação e satisfação decorrentes dos resultados do Inquérito Anual de Satisfação dos Colaboradores, à conclusão do ciclo de avaliação através do novo modelo de avaliação (SAID) e ainda ao aperfeiçoamento do sistema de incentivos.

A Formação profissional ganha uma dimensão acrescida num Grupo em que a mobilidade interna é assumida como um dos principais *drivers* da gestão dos Recursos Humanos. De entre as acções implementadas em 2010, importa realçar o desenvolvimento de uma plataforma de e-learning, cuja implementação está prevista para o início de 2011, que permitirá aos Colaboradores desenvolver e enriquecer as suas competências técnicas na área seguradora.

A Millenniumbcp Ageas concluiu o exercício de 2010 com 461 Colaboradores, mais 3 que no final do exercício anterior. A média de idades aproximou-se dos 43 anos e os Colaboradores do sexo feminino representam 54%.

Com o objectivo de trazer “sangue novo” à empresa, estimulando o seu desenvolvimento e criando as bases para o seu crescimento futuro, a Millenniumbcp Ageas desenvolveu e aprovou um Programa de Reestruturação, que irá ser implementado a partir de Janeiro de 2011, que visa rejuvenescer o quadro de pessoal e preparar a empresa para os desafios futuros.

Relatório do Conselho de Administração

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA 2010

Escalão Etário	Feminino	Masculino	Total
< 30	11	9	20
31-35	48	22	70
36-40	69	33	102
41-45	64	52	116
46-50	29	54	83
51-55	14	29	43
56-60	12	11	23
> 60	2	2	4
Total	249	212	461

Relatório do Conselho de Administração

Corporate Governance

A Millenniumbcp Ageas é um Grupo segurador detido pela Ageas e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respectivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A estrutura de administração e de fiscalização adoptada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respectivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado) e por cinco Vogais (Dr. Kurt André J De Schepper, Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua actuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêem as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Actualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é actualmente a seguinte:

Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino (CEO) – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), área de Apoio Corporativo, área de Recursos Humanos, área Jurídica, área de *Compliance*, área de Auditoria Interna e Pensões gere.

Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO) – Médis, área de Organização & IT, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) – área de Planeamento e Controlo, área de *Risk Management*, área de Investimentos, área Financeira, área de Actariado e área de Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho – áreas Comerciais (*bancassurance*, Médis e o canal “SME – Agentes & Brokers”), áreas de Suporte à Venda e *Marketing*.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respectivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respectivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

REMUNERAÇÕES

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pela comissão de remunerações composta pelos accionistas com base nas melhores práticas.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*.

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

Critérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria empresa, dos níveis de solvência e de *rating*, e da própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Poderão ser designados administradores que não auferam qualquer remuneração.

Os administradores que não exercem funções executivas não são remunerados.

Avaliação do desempenho do órgão de administração

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é uma consequência directa do grau de cumprimento do orçamento anual, sendo da responsabilidade exclusiva da assembleia geral ou de uma comissão de remunerações por ela nomeada.

O critério predeterminado para a avaliação de desempenho dos administradores executivos é o grau de cumprimento do orçamento anual.

Relatório do Conselho de Administração

Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

- a) uma remuneração fixa mensal, definida tendo por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de administradores oriundos de empresas accionistas, ser considerado o seu enquadramento global nessas empresas, nomeadamente o nível remuneratório; esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;
- b) uma remuneração variável anual, paga de uma só vez após a aprovação das contas anuais em assembleia geral; a fixação desta remuneração tem por referência as práticas dos accionistas que são *players* de referência nos mercados em que estão presentes; a remuneração variável anual do conjunto dos administradores executivos não deve exceder 2% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e a sua atribuição não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração

A remuneração variável não é objecto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros. Considerando que a sociedade tem o seu capital concentrado em dois Grupos Económicos sendo a dispersão do seu capital contrária à filosofia que presidiu à sua constituição, esta forma de pagamento de remuneração não se considera susceptível de lhe ser aplicada aplicável.

Outros benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não há lugar ao pagamento de prémios anuais e quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de prémios do órgão de administração

Para além da remuneração fixa mensal e da remuneração variável anual (cuja atribuição que depende de deliberação não constitui direito adquirido anual), não está prevista qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de pagamento de prémios.

Pagamento de quaisquer indemnizações a ex- membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não está previsto o pagamento de quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Relatório do Conselho de Administração

Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não será paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.

Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os administradores executivos são apenas remunerados em uma das empresas do Grupo e não recebem compensações adicionais às previstas nesta política de remuneração.

Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada do órgão de administração

Pelo exercício das suas funções os membros do órgão de administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não aplicável.

Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável do órgão de administração

Não aplicável.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Consistência das políticas de remuneração ao nível do Grupo

As políticas de remuneração das diversas empresas do Grupo são consistentes entre si, sendo assegurada a sua implementação para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo.

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adopção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

RECOMENDAÇÃO	DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO
I.4. Adopção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da actividade		
I.6. Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.1. Aprovação da política pela comissão de remunerações	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objecto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
III.1. Revisão com periodicidade mínima anual pela comissão de remunerações	Adoptada	Avaliação do desempenho
III.2. Independência dos membros da comissão de remunerações		
IV.1. A remuneração dos administradores executivos deve integrar uma componente variável dependente de uma avaliação do desempenho	Adoptada	Critérios predeterminados para a avaliação e Avaliação do desempenho
IV.2. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adoptada	Importância relativa das componentes da remuneração
IV.3. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não adoptada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus accionistas; o processo de decisão e estrutura da remuneração; a importância relativa das componentes da remuneração; e a informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros
IV.4. Parte da remuneração variável deve ser diferida		
IV.5. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa		
IV.7. Manutenção das acções da instituição obtidas através de esquemas de remuneração variável		
IV.8. Prazo de diferimento no caso de atribuição de opções		
IV.9. Conservação de acções após o termo do mandato		
IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos que mitiguem o risco inerente à variabilidade da remuneração	Adoptada	Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável
IV.10. Remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente dependente do desempenho ou valor da instituição	Adoptada	Critérios predeterminados para a avaliação
IV.11. Indemnizações em caso de destituição	Adoptada	Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adoptada	Avaliação da política de remuneração
VII.1. Deve ser assegurada a consistência das políticas de remuneração a nível de grupo	Adoptada	Consistência das políticas de remuneração do nível do Grupo
VII.2. Adopção das recomendações para o total das remuneração pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo		

Relatório do Conselho de Administração

O montante anual de remuneração pago pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2010, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Joaquim Patrício da Silva	11.250,00 Euros
José Rodrigues de Jesus	12.000,00 Euros
António Fernando Nogueira Chaves	5.625,00 Euros
Total Agregado	28.875,00 Euros

Política de remuneração dos Colaboradores

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos Colaboradores tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pelos accionistas com base nas melhores práticas.

A remuneração dos Colaboradores compreende a retribuição base correspondente ao nível previsto em convenção colectiva de trabalho e um complemento retributivo que varia em função do estatuto individual e da evolução da carreira profissional, ou seja, da categoria profissional, do nível retributivo, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

A diferenciação individual, adoptada para todos os Colaboradores, atenta aos seguintes critérios: nível de classificação em convenção colectiva de trabalho, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

Importância relativa das componentes da remuneração

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A política de remuneração é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos Colaboradores para essa mesma *performance*.

A componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração.

Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros

A remuneração variável não é objecto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros, atentas as características da sociedade e dos Grupos Económicos em que a mesma se insere.

Critérios predeterminados para a avaliação

Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho são o grau de cumprimento do orçamento anual, o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A remuneração variável do conjunto dos Colaboradores não deve exceder 3% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBAs (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adopção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

RECOMENDAÇÃO	DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO
I.4. Adopção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da actividade		
I.6. Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.2. Aprovação da política pelo órgão de administração	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objecto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
II.5. Comunicação do processo de avaliação aos Colaboradores	Adoptada	
V.1. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Importância relativa das componentes da remuneração
V.2. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não adoptada	Não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus accionistas; o processo de decisão e estrutura da remuneração; a importância relativa das componentes da remuneração; e a informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros
V.5. Possibilidade de não pagamento ou redução da remuneração variável diferida		
V.6. Prazo de diferimento da remuneração variável		
V.7. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa		
V.3. Avaliação deve atender ao desempenho individual e da estrutura onde o Colaborador se integra e a critérios não financeiros relevantes	Adoptada	Critérios predeterminados para a avaliação
V.4. Critérios de avaliação devem ser predeterminados e mensuráveis, tendo por referência um quadro plurianual		
V.8. Remuneração dos colaboradores que exercem funções-chave	Adoptada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
V.9. Remuneração da função actuarial		
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adoptada	Avaliação da política de remuneração

PROCESSO DE DECISÃO EMPRESARIAL

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à actividade seguradora e de

gestão de Fundos de Pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respectivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de activos (ALM). É ainda responsável pela selecção dos activos que são objecto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE (Servibanca)

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de Fundos de Pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Actividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Vice-Presidente	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral
Secretário	João José Carvalho Pereira Pascoal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Bart Karel August De Smet
Vice-Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Vogal	Kurt André J De Schepper
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Vogal	Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino
Vogal	Jan Adriaan de Pooter
Vogal	Michel Edmond Joseph Ghislain Baise
Vogal	Fernando Manuel Nobre de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente	Joaquim Patrício da Silva
Vogal	José Rodrigues de Jesus
Vogal	António Fernando Nogueira Chaves
Suplente	Belmira Abreu Cabral

ROC

Efectivo	KPMG & Associados (SROC)
	Representado por: Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

CONSELHO DE AUDITORIA

Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Vogal	Kurt André J De Schepper
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt

Perspectivas para 2011

Relatório do Conselho de Administração

Tal como havíamos previsto, o exercício de 2010 foi extremamente exigente do ponto de vista de gestão do negócio. Os efeitos da crise económica e financeira continuaram a afectar todos os sectores da economia e condicionaram fortemente toda a actividade empresarial. Os processos de racionalização de recursos mantiveram-se no topo das prioridades das empresas como forma de compensar a redução do volume de negócios.

A exemplo do que já havia acontecido em 2009, a Millenniumbcp Ageas, apesar de todas as condicionantes já referidas ao longo deste Relatório, conseguiu atingir em 2010 os principais objectivos pré-estabelecidos.

Os efeitos da crise global vão continuar a fazer-se sentir, o crescimento económico será insuficiente, a liquidez da economia continuará a ser reduzida e a volatilidade dos mercados financeiros deverá manter-se. Por isso, o ano de 2011 será sem dúvida mais um ano extremamente difícil e exigente do ponto de vista da gestão.

Os principais objectivos estratégicos que a Millenniumbcp Ageas se propõe alcançar em 2011, enquadram-se dentro do plano de médio e longo prazo delineado em 2005, ano de arranque da operação, assente em quatro pilares: Crescimento; Produtividade; Qualidade e Rentabilidade.

Crescimento – O principal objectivo continuará a ser aumentar de forma sustentada a taxa de penetração na base de Clientes do Millennium bcp. Manter-se-á o enfoque na inovação e renovação da oferta de produtos Vida e Não Vida e no alargamento a novos segmentos de Clientes, com o objectivo de melhorar continuamente a proposta de valor.

Na área de Agentes e Corretores o objectivo continua a ser o de ganhar massa crítica e deste modo contribuir de forma activa para a diversificação da estrutura global da carteira da Millenniumbcp Fortis.

Produtividade – O enfoque manter-se-á no desenvolvimento de processos, automatismos e níveis de controlo, que permitam uma melhoria continuada e sustentada dos níveis de serviço e consequentemente um aumento da eficiência e da eficácia das várias áreas da empresa. Uma das principais prioridades continuará a ser a consolidação das operativas e das ferramentas de suporte das áreas de *front-office* e *back-office*, destacando-se a implementação de um novo sistema informático de suporte ao negócio do ramo Vida e a consolidação das plataformas técnicas.

Qualidade – A melhoria sustentada da qualidade do serviço prestado a Clientes Externos e Clientes Internos continuará a ser uma das principais prioridades. Pretende-se, através de metodologias e práticas comuns ao Millennium bcp, monitorizar e controlar a qualidade do serviço prestado de modo a que, de forma concertada, possamos actuar no sentido de aumentarmos progressivamente os níveis de satisfação e fidelização dos nossos Clientes. Os indicadores de satisfação, tanto ao nível dos Clientes externos como internos, continuaram a evoluir muito favoravelmente em 2010, mas sabemos que podemos, e devemos, continuar a melhorar.

Relatório do Conselho de Administração

Rentabilidade – É uma consequência dos três pilares anteriores e o objectivo é o de garantir níveis de remuneração atractivos e sustentados para os nossos Accionistas.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido referente a todas as sociedades que integram as contas consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., apurado no exercício de 2010 foi de 114.097.047,00 euros (cento e catorze milhões noventa e sete mil e quarenta e sete euros).

Os resultados atribuíveis à Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são de 1.920.802,08 euros (um milhão novecentos e vinte mil oitocentos e dois euros e oito cêntimos).

Considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, dos resultados apurados no exercício de 2010, no montante de 1.920.802,08 euros (um milhão novecentos e vinte mil oitocentos e dois euros e oito cêntimos), propõe-se a seguinte aplicação:

- › 96.040,10 euros (noventa e seis mil e quarenta euros e dez cêntimos), para reserva legal;
- › 1.824.761,98 euros (um milhão oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e sessenta e um euros e noventa e oito cêntimos), para resultados transitados.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Publicações Obrigatórias

PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ageas Insurance International, N.V. – 51%

BCP Investment B.V. – 49%.

Posição Accionista e Obrigacionista dos Membros dos Órgãos Sociais

Accionistas/Obrigacionistas	Título	Nº. de títulos à data de		Transacções em 2010			Preço Unitário Euros
		10/12/31	09/12/31	Aquisições	Alienações	Data	
Nelson Ricardo Bessa Machado	Acções BCP	259.992	259.992				
Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino	Acções BCP	36.950	36.950				
	BCP Obrg. Cx. Super Invt. Mill II/12/10		4.000		4.000	29/Dez/10	50,00
	BCP Obrg. Cx. Super Af. Mill 4º/2013	3.700	3.700				
Fernando Manuel Nobre de Carvalho	Acções BCP	266.855	366.779				
	Acções BCP				15.000	26/Jul/10	0,65
	Acções BCP				9.000	24/Set/10	0,61
	Acções BCP				6.000	24/Set/10	0,61
	Levantamento por transferência				69.924	28/Dez/10	0,60
	BCP VER CONV SOC GEN XI/10 (02/2011)	2	0	2		22/Nov/10	10.000,00
	Subscrição BCP Finance CO 5,543 PCT Eur	340	340				
José Rodrigues Jesus	Acções BCP	16.239	16.239				
António Fernando Nogueira Chaves	Acções BCP	92.108	92.108				
Belmira Abreu Cabral	Acções BCP	10.369	10.369				
Cônjuge / Descendentes Menores							
Maria Teresa H. M. C. Nobre de Carvalho	BCP OB CX Subordinadas 1ºS (2008/2018)	120	120				
	BCP OB CX Millennium bcp Sub 2008 2SR	100	100				
	Millenniumbcp Valor Capital 2009	250	250				
Armanda Amélia Rodrigues Jesus	Acções BCP	1.795	1.795				
Maria da Cruz M. Maia Nogueira Chaves	Acções BCP	1.819	1.819				

Glossário

A

Activos sob Gestão: conjunto de activos (ex. acções, obrigações e imóveis) geridos por um prestador de serviços.

B

Bancassurance: venda de contratos de seguro utilizando canais de distribuição de entidades bancárias.

Basis point (bp): uma centésima de 1%.

C

Capital Económico: montante de capital de que a empresa necessita para fazer face aos riscos económicos que enfrenta.

Contrato de Investimento: contrato de seguro, do ramo Vida, relativamente ao qual existe transferência de um risco financeiro sem existir transferência significativa de risco de seguro.

Contrato de Seguro: contrato relativamente ao qual uma parte (a empresa de seguros) aceita um risco significativo da outra parte contratante, acordando compensa-la por uma adversidade futura e aleatória.

Cross-selling: a estratégia que consiste em utilizar a base de dados de Clientes de um determinado produto como Clientes potenciais de outros produtos.

Custo Amortizado: quantia pela qual o activo financeiro ou o passivo financeiro são mensurados no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efectivo, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou à falta de cobertura.

Custo de Aquisição: custo decorrente de seguros novos ou renovações, nomeadamente, comissões, custos actuariais, publicidade e despesas de emissão de apólices.

Custo Resseguro: custo que reflecte a operação pela qual o segurador, com o objectivo de diminuir a sua responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, cede a outro segurador uma parte da responsabilidade e do prémio recebido.

D

Derivado: instrumento financeiro tal como um *swap*, um *forward*, um futuro e uma opção. O valor deste instrumento financeiro altera-se em resposta à alteração em várias variáveis. Requer um investimento líquido inicial baixo ou nulo e é liquidado numa data futura.

Derivado Embutido: componente de um instrumento híbrido que também inclui um outro contrato – contrato base. O contrato base pode ser uma dívida ou um instrumento de capital, um aluguer, um contrato de seguro, uma venda ou um contrato de compra.

E

Embedded Value (EV): valor económico estimado de determinada Seguradora deduzido do valor económico da eventual produção nova futura, traduzindo-se na soma dos capitais próprios com o valor da carteira em vigor.

Employee Benefits: todas as formas de retribuição concedidas por uma entidade aos seus Colaboradores em troca dos serviços por eles prestados, incluindo o salário auferido.

Empréstimo Subordinado: empréstimo de menor prioridade, face a outros empréstimos, relativamente aos activos ou ganhos em caso de sinistro.

F

Fundos de Pensões Abertos: encontram-se condicionados apenas pela aceitação da entidade gestora e podem ser constituídos por qualquer entidade legalmente autorizada a gerir Fundos de Pensões.

Fundos de Pensões Fechados: dizem respeito a um associado, ou a vários, desde que ligados por um vínculo que pode ser ou não de natureza empresarial ficando, no entanto, obrigatoriamente determinado na sua constituição que a adesão de novos associados carece da aceitação dos associados originários. Podem ser constituídos por uma empresa ou grupo de empresas.

G

Gestão de Activos e Passivos (ALM – Asset Liability Management): é o processo continuado de formular, implementar, monitorizar e rever na tentativa de cumprir os objectivos financeiros traçados face a uma determinada tolerância de risco.

Goodwill: representa a parte do valor de mercado de um negócio que não é directamente atribuível aos activos disponíveis, passivos incorridos ou assumidos e aos elementos da situação líquida; normalmente, apenas é contabilizado no caso de uma aquisição.

I

IFRS: normas internacionais de contabilidade, adoptadas por todos os países da União Europeia, a partir de 1 Janeiro 2005, com o objectivo de garantir transparência e comparabilidade ao nível dos princípios contabilísticos adoptados.

Imparidade: uma desvalorização, em que o valor contabilizado do activo excede o valor recuperável. Neste caso, o valor contabilizado será reduzido até ao valor recuperável com o consequente impacto nos resultados.

Indemnização: representa o valor da reparação do dano através do pagamento do valor necessário para a reposição da situação existente no momento imediatamente anterior ao sinistro ou, quando tal não seja possível, através de uma compensação monetária equivalente. É a importância paga pela Seguradora, ao segurado ou a terceiros, em virtude da ocorrência do sinistro a coberto da apólice.

J

Justo Valor: montante pelo qual um activo (passivo) pode ser comprado (contraído) ou vendido (liquidado).

M

Margem Técnica: o resultado obtido após a dedução dos custos relacionados com o desenvolvimento da actividade, tais como os sinistros, as comissões e as provisões técnicas, à receita de prémios adquiridos líquidos de resseguro e dos rendimentos financeiros associados aos investimentos afectos às provisões técnicas.

P

Participação de Resultados: Direito contratual em receber, como suplemento a benefícios garantidos, benefícios adicionais.

Prémios Adquiridos: valor contabilístico dos prémios brutos emitidos num determinado exercício económico.

Prémios Brutos Emitidos: prémios de seguro directo e prémios de resseguro aceite, independentemente do exercício económico em que devam ser considerados.

Prémios de Seguro Directo: prémios relativos aos contratos de seguro, não incluindo prémios de resseguro.

Provisões Técnicas: constituem uma das principais garantias financeiras exigíveis às empresas que actuam no âmbito da actividade seguradora. As provisões técnicas que as seguradoras devem constituir e manter são: Provisão para Prémios não Adquiridos; Provisão para Riscos em Curso; Provisão Matemática para os seguros do ramo Vida; Provisão para Envelhecimento; Provisão para Sinistros; Provisão para participação nos resultados e Provisão para desvios de sinistralidade.

Q

Quota de Mercado: rácio calculado para o mercado doméstico, em função dos prémios de seguro directo de uma Companhia e os prémios de seguro directo do mercado total, considerando os últimos doze meses de actividade.

R

Rácio Combinado: representa a soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas do negócio Não Vida.

Rácio de Solvência: conjunto de recursos detidos pela empresa (património líquido), para além dos legalmente exigíveis, para cobertura das responsabilidades assumidas para com os segurados.

Rácio de Despesas: quociente resultante da divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede e outras) pelos prémios adquiridos.

Rácio/Taxa de Sinistralidade: rácio resultante da divisão dos custos com sinistros pelos prémios adquiridos.

Rentabilidade Média dos Capitais Próprios (ROE): indicador financeiro que permite avaliar a rentabilidade financeira para os Accionistas. Rácio entre o Resultado Líquido e a média do Capital Próprio na mesma anuidade.

Rentabilidade Média dos Investimentos Financeiros (Book Value): rentabilidade média dos investimentos financeiros de acordo com os princípios contabilísticos em vigor.

S

Shadow Accounting: de acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

T

Taxa de Loading: reflecte o número médio de apólices detidas por um Cliente e, consequentemente, o seu nível de fidelização à Companhia.

Taxa de Penetração: rácio calculado em função do número de Clientes ou de Recursos Financeiros captados pela Seguradora no canal bancário e o número total de Clientes ou de Recursos Financeiros geridos pelo Banco.

V

Valor da Carteira em Vigor: é dado pelo valor actual dos lucros futuros após impostos, ajustado pelo custo da manutenção duma determinada margem de solvência, geralmente expressa em percentagem da mínima exigida pela regulamentação actual.

VOBA (Value of Business Acquired): corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

MILLENNIUMBCP AGEAS

Tagus Park – Edifício 10 · 2744-005 Porto Salvo · Portugal

T: 21 004 24 90 · **F:** 21 006 68 65